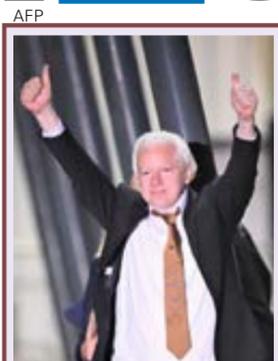


Custo do juro alto do BC em 12 meses

Brasil gastou mais R\$ 782 bilhões com pagamento a bancos



HORA DO POVO
ANO XXXIV - Nº 3.960 3 a 9 de Julho de 2024

1 REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Transferência brutal de riqueza da produção para o setor financeiro

No acumulado em doze meses até maio de 2024, R\$ 781,6 bilhões (7,04% do PIB) foram gastos com os juros da dívida pública, o que é R\$ 86 bilhões a mais do que o ano passado (R\$ 695,6 bilhões). Só em maio deste ano, o gasto público com os juros seguiu livre e avançando sobre o caixa do setor público, com a manutenção dos juros do Banco Central (BC) nas alturas. Em apenas um mês, a União, estados/municípios e estatais gastaram R\$ 74,4 bilhões com o pagamento dos juros da dívida interna. **Pág. 2**

ABI: "Único crime de Assange foi de praticar jornalismo de alta qualidade"

Em nota Associação Brasileira de Imprensa (ABI) manifestou sua satisfação pela libertação do jornalista Julian Assange que estava preso e sofria perseguição do governo americano por denunciar os crimes de guerra do regime da Casa Branca contra a população civil no Iraque. "Foram doze anos de afronta à liberdade de imprensa. Um escândalo, uma vergonha. Sob pressão de Washington, o Reino Unido ameaçava extraditar para os EUA o jornalista que denunciou os crimes da Casa Branca". **Pág. 3**

Lula não cai em arapuca e descarta alterar aposentadoria dos militares



Manifestantes foram à Praça da República, em Paris, já em campanha para o segundo turno, que ocorre dia 7

Mélenchon conclama França a derrotar a extrema-direita

Após medidas de arrocho e achaque a aposentados, Macron foi o maior derrotado nas eleições de maior comparecimento em 40 anos na França, a coalizão do presidente Emmanuel Macron foi a grande derrotada, ficando em terceiro lugar, atrás da Reunião Nacional de extrema-direita, e atrás da recém constituída Nova Frente Popular (segundo lugar), que unifica comunistas, socialistas, insubmissos e verdes. Achaque aos aposentados com o aumento da idade mínima para 64 anos, desastre econômico sob as sanções à Rússia e capachismo de Macron a Washington com endosso à guerra de expansão da Otan na Ucrânia fizeram os eleitores cobrarem o preço nas urnas. O ex-candidato a presidente pelo França Insubmissa, principal partido da Nova Frente Popular, Jean-Luc Mélenchon, convocou o país a deter a ascensão da extrema-direita. **Página 6**

O presidente Lula afirmou na sexta-feira (28) que não pretende alterar a aposentadoria dos militares. O recado foi transmitido aos militares pelo ministro da Defesa, José Múcio, a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A pressão dos especuladores e demais operadores com títulos públicos por cortes nos gastos sociais e na Previdência, para garantir maiores lucros em suas atividades parasitárias, levou alguns setores do governo a espalharem a notícia de que estudam, entre outras coisas, mexer na Previdência dos Militares. **Página 3**

Ata do Copom traz "desculpa esfarrapada", afirma Gleisi

A presidente nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann, fez duras críticas à ata do Copom do BC, aprovada por unanimidade. A decisão do Copom mantendo a taxa Selic em 10,5% também foi tomada por todos os diretores, inclusive os indicados por Lula. "E ainda dizem que a decisão sobre os juros é técnica. Isso é tão falso como dizer que existe bolsorista moderado", disse Gleisi. **Pág. 3**

Tarcísio entrega Sabesp a grupo responsável por apagões no RS

O governo de São Paulo anunciou na sexta-feira (28), a empresa privada Equatorial Energia, como a única candidata a se tornar acionista de referência da Sabesp. A empresa, considerada a pior distribuidora privada de energia do país, vai comprar apenas 15% das ações da Sabesp e assumir assim o controle da estatal. **Página 4**

Para o diretor da CNI, "contradições entre o capital e o trabalho não devem impedir pacto pela reindustrialização"

Rafael Lucchesi, diretor de educação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e palestrante no Seminário Nacional pela Reindustrialização do Brasil, realizado dia 11 de junho, declarou ao HP que há um importante movimento para a construção de um diálogo entre empresários e trabalhadores para a recuperação da indústria nacional. "A visão do presidente da CNI, Ricardo Alban, é uma proposição de diálogo, de construção, em que o foco principal é o desenvolvimento industrial". **Pág. 5**

Milei derruba a economia e PIB argentino encolhe 5,1%

A devastação perpetrada por Milei na economia argentina fez o país entrar em recessão com o PIB (Produto Interno Bruto) despencando em 5,1% no primeiro trimestre deste ano face ao mesmo período de 2023. **Página 6**

"Cortar, arrochar, cortar, arrochar!", por Paulo Kliass

“Cortar, arrochar, cortar, arrochar!”, por Paulo Kliass



Pochmann, presidente do IBGE

Pochmann alerta para restrições financeiras impostas ao IBGE

O presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Marcio Pochmann, declarou na quarta-feira (26) que, por falta de dinheiro, o IBGE corre riscos de não realizar as pesquisas conjunturais como levantamento de preços do IPCA – que calcula a inflação oficial no país. “A instituição está submetida a uma restrição que não é pequena”, afirmou Pochmann.

O IBGE é o principal e o mais antigo órgão de sondagem de dados do país. Com o orçamento previsto de R\$ 2,7 bilhões em 2024, o órgão corre o risco de ficar sem recursos para as pesquisas.

“Nós temos orçamento, mas, se não houver liberação financeira, esse risco está presente”, afirmou Pochmann à jornalistas, após participar do lançamento do Anuário Estatístico do Brasil (AEB), na Casa Brasil IBGE, no Palácio da Fazenda, situado no Rio de Janeiro.

“Há uma sensibilidade da importância das pesquisas, imagina faltar dinheiro para fazer pesquisa de preços, coisas desse tipo... Imagino que o governo não vai deixar chegar nessa situação. Está sabendo das nossas dificuldades, não estamos na iminência de ter problemas dessa natureza, mas estamos olhando o ano todo, o semestre todo”, considerou o economista.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/pochmann-alerta-para-riscos-das-restricoes-financeiras-impostas-ao-ibge/>

D'Araújo: “Eletrobrás privatizada passou a ser uma empresa financeira”

O engenheiro Roberto D'Araújo, ex-chefe de departamento em Furnas e membro do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Illumina), afirmou, na segunda-feira (24), em entrevista ao programa Faixa Livre, que o processo de privatização tornou a Eletrobrás uma empresa recordeista no menor número de funcionários. “Ela passou a ser uma empresa financeira que só pensa na parte das finanças”, disse D'Araújo.

As críticas do especialista vão desde a fragmentação do sistema à falta de supervisão local e de condições para um planejamento nacional do setor.

“Estamos totalmente fragmentados e sem nenhuma visão do todo”, acrescentou o engenheiro, sobre as vendas das empresas.

“Estamos numa aceitação dessa coisa de que privatizando tudo e individualizando tudo você resolve os problemas, e não vai resolvê-los”, sentenciou. Ele falou também da incapacidade da Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) de fiscalizar o sistema. “A Aneel, se ela fiscalizasse in loco, ela poderia ter evitado muitas coisas que aconteceram em São Paulo”, afirmou.

“Se compararmos a regulação, – não estou dizendo que nos EUA é uma maravilha – estou dizendo apenas o seguinte. A regulação americana tem agências estaduais. Agências estaduais têm poderes locais, para exigir qualidade, ao contrário do Brasil. No início no Brasil se imaginou agências estaduais, mas pouquíssimas agências funcionam. Então, a Aneel é uma entidade que fica lá em Brasília, que tem mais ou menos 300 ou 400 funcionários e que administra a regulação de um país continental. Eu não conheço nenhuma fiscalização in loco da Aneel em nenhuma distribuidora”, observou D'Araújo. Leia mais: <https://horadopovo.com.br/eletrobras-privatizada-passou-a-ser-uma-empresa-financeira-denuncia-daraujo/>



Roberto D'Araújo

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HP
HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovobahia@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovo@yahooc.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



'Gastança' com juros atinge R\$ 782 bilhões em doze meses até maio

Em apenas um mês, foram R\$ 74,4 bilhões de recursos públicos transferidos para bancos e demais rentistas

No acumulado em doze meses até maio de 2024, R\$ 781,6 bilhões (7,04% do PIB) foram gastos com os juros da dívida pública, o que é R\$ 86 bilhões a mais do que o ano passado (R\$ 695,6 bilhões).

Só em maio deste ano, o gasto público com os juros seguiu livre e avançando sobre o caixa do setor público, com a manutenção dos juros do Banco Central (BC). Em apenas um mês, a União, estados/municípios e estatais gastaram R\$ 74,4 bilhões com o pagamento dos juros da dívida interna.

O valor é R\$ 5,3 bilhões a mais do que foi despendido no mesmo período do ano passado. Os dados são do relatório de “Estatísticas fiscais” do Banco Central (BC), divulgado nesta sexta-feira (28).

O principal gasto que a União deve cortar é com os juros. “São juros altos que geram um profundo desequilíbrio fiscal”, com destaque do economista José Luiz Oreiro, professor da Universidade de Brasília (UnB), em entrevista ao HP.

A cada 1 ponto percentual (p.p) diminuído na Selic (taxa básica de juros do BC) corresponde a R\$ 45,5 bilhões a mais para o Estado pode investir em Educação, Saúde, Segurança, Ciência e Tecnologia, além de obras de infraestrutura e em programas que buscam tirar o povo da miséria.

Com o investimento público puxando os investimentos privados, a economia pode crescer de forma sustentável, o que ajudaria na própria trajetória da dívida interna – que está estabilizada e

bem abaixo das principais economias mundiais, como destacou o presidente Lula, nesta semana.

“Veja, se você pegar a média dos países da OCDE, eles gastam 113% do PIB. Se você pegar os Estados Unidos, são 123% do PIB. Se você pegar a China, 83; se pegar o Japão, são 237; se você pega a França, são 112; e a Itália, 137. E o Brasil, efetivamente, 74% a 76%. Hoje está em 76%”, disse o presidente.

Porém, com a justificativa do “risco fiscal”, na semana passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central, de forma unânime (isto é: com os votos de quatro diretores indicados pela equipe econômica do governo Lula), decidiu interromper o ciclo de corte na taxa básica de juros (Selic), mantendo a taxa em 10,5% ao ano, o que não só restringe os investimentos públicos, como piora a trajetória da dívida.

O Banco Central afirma que, em maio, a Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) – que abrange governo federal, INSS e governos estaduais/municipais – atingiu 76,8% do Produto Interno Bruto brasileiro (PIB), um aumento de 0,5 p.p. do PIB em relação ao mês anterior, e, no ano, um aumento de 2,4 p.p. do PIB. “O aumento de 2,4 p.p. do PIB decorreu principalmente da incorporação de juros nominais (aumento de 3,2 p.p.) [...]”, destaca a nota do BC.

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/gastanca-com-juros-atinge-r-782-bilhoes-em-doze-meses-ate-maio/>

Esquema de securitização vai minguar os orçamentos públicos, afirma Fattorelli

Coordenadora da Auditoria Cidadã da Dívida defende que Lula vete o projeto aprovado no Congresso: “Bancos vão se apoderar de receitas públicas antes mesmo que estas alcancem os cofres públicos!”

A coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida (ACD), Maria Lucia Fattorelli, denuncia o chamado “Esquema de Securitização do Crédito”, autorizado pelo Projeto de Lei Complementar (PLP) 459/2017, de autoria do senador José Serra (PSDB/SP), que foi aprovado na Câmara dos Deputados no final de maio deste ano. Por já ter sido avaliado no Senado, cabe agora ao presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva (PT), vetar ou sancionar o projeto de lei.

A Auditoria Cidadã da Dívida, após atuar para a derrubada no PLP 459/2017 no Congresso Nacional, agora faz campanha para que o presidente Lula vete a proposta. “O projeto”, critica Fattorelli, “permite que todos os entes federados (União, Estados, DF ou municípios) contraiam dívida pública de forma disfarçada, que sequer é registrada como ‘dívida pública’, mas na prática esse empréstimo será pago mediante o desvio de parte da arrecadação tributária, por fora dos controles orçamentários”.

Fattorelli afirma também que “esse empréstimo disfarçado, que funciona de forma semelhante a um consignado de recursos públicos, é totalmente velado, sem transparência, e não se sabe sequer o quanto os entes federados deixarão de receber e o quanto receberão em troca”.

Auditora-fiscal aposentada da Receita Federal, Fattorelli explica que o PLP 459/2017 prevê que os entes federados podem vender o dinheiro já recebido pela rede arrecadadora. Serão entregues “os direitos originados de créditos, ou seja, não serão vendidos os créditos em si, mas o fluxo de recebimento originado deles”, disse.



Maria Lucia Fattorelli

“O projeto prevê que esse dinheiro será proveniente de créditos já reconhecidos e parcelados, ou seja, que já estão sendo recebidos, e não os chamados “créditos podres”, como diz a falsa propaganda que tem sido veiculada”, critica a administradora e contadora. “Na verdade, o esquema compromete de forma drástica os recursos orçamentários que estes já arrecadariam correntemente, mas irão perder para o esquema da securitização”, completou.

Para os bancos, fundos financeiros e demais especuladores do erário, ressalta Fattorelli, “será um negócio estupendo, pois eles irão se apoderar de receitas públicas antes mesmo que estas alcancem os cofres públicos! Um escândalo”, condenou.

Leia a entrevista no site do HP: <https://horadopovo.com.br/esquema-de-securitizacao-vai-minguar-os-orcamentos-publicos-afirma-fattorelli/>

“Lula não pode mais assistir da arquibancada o jogo de seus ministros fazendo gols contra a maioria do povo. O Presidente da República precisa assumir o comando da política econômica para redirecioná-la rumo ao desenvolvimento econômico e social”

PAULO KLIASS*

O alto comando do financiamento internacional costuma se utilizar de seus representantes no interior dos grandes meios de comunicação e em postos estratégicos nos governos para criar falsos consensos a respeito de medidas a serem adotadas em termos de políticas públicas. Esse movimento ganhou uma dimensão bastante relevante em meados da década de 1980, quando começa a gestação do amplo programa de reestruturação econômica dos países do então chamado Terceiro Mundo, que ficou conhecido como Consenso de Washington. Ali tem início a formatação das medidas que viriam posteriormente a se constituir no receituário neoliberal, com foco na privatização geral e irrestrita, na liberalização mais ampla possível e em um pacote de proposições assegurando a austeridade fiscal a todo o custo.

A vitória de Margaret Thatcher no Reino Unido (1979) e de Ronald Reagan nos Estados Unidos (1981) abriram o caminho para que esse liberalismo extremista se transformasse em política econômica no comando de tais países. Além disso, o programa de Estado mínimo começa a se espalhar por outras nações pelo mundo afora, além de conquistar corações e mentes da alta tecnocracia e consolidar espaço nas próprias universidades e instituições de pesquisa econômica. O aprofundamento da crise dos países socialistas e a queda simbólica do Muro de Berlim em 1989 reforçaram a ideia de que o caminho daquela forma particular de capitalismo seria um atalho sem volta para todo o globo. Tanto que a primeira ministra britânica adotou para si e divulgou para o mundo o acrônimo TINA, que vem do inglês “There is no alternative”. Ou seja, a única possibilidade para a Humanidade seria a adoção do receituário neoliberal em sua integralidade. O historiador norte-americano Francis Fukuyama chegou até mesmo a vaticinar o fim da História.

O enraizamento dos pressupostos do neoliberalismo em nossas terras foi amplo e profundo. Durante décadas não havia espaço para que vozes e visões alternativas ao pensamento do “mainstream” fossem divulgadas. Deu-se um processo de esmagamento político e ideológico contra quaisquer tipos de modelos que propusessem algum grau de presença do Estado na economia ou que ousassem questionar os fundamentos da austeridade fiscal como pré condição para a busca de soluções para as economias em busca de crescimento. No entanto, a emergência da crise econômica e financeira de 2008 e 2009 colocou o modelo hegemônico em crise. Não fosse uma reviravolta na lógica liberaloide, as economias dos chamados países desenvolvidos teriam entrado em colapso ainda mais grave do que o ocorrido de fato. A demonização do Estado foi flexibilizada para salvar o sistema de uma bancarrota generalizada e a austeridade fiscal foi relativizada para que os recursos públicos “surgissem” e contribuíssem para minorar os estragos sociais, econômicos e políticos provocados pela crise.

NEOLIBERALISMO SEGUE A TODO VAPOR

Porém, o fato de o resto do mundo ter atenuado a rigidez dos princípios do austericídio não significou que no Brasil as elites vinculadas aos interesses do sistema financeiro adotassem comportamento semelhante. A lógica do TINA permaneceu intacta. Os sucessivos governos continuaram com a prática perversa da “responsabilidade fiscal” cega e burra, sempre se vangloriando da obtenção de superávit primário nas contas públicas. Procedimento este sempre muito aplaudido pelas classes dominantes, desde que os custos de tal arrocho permanecessem apenas pesando sobre o lombo da grande maioria da população.

E esse percurso na condução da política econômica seguiu seu rumo, de forma persistente, ao longo dos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC), Lula, Dilma, Temer, Bolsonaro e agora Lula 3.0. Ou seja, nem mesmo as crises de 2008/9 ou a mais recente da Covid foram capazes de desmontar o arcabouço teórico equivocado dos ideólogos do neoliberalismo local. Tanto é que a conturbada transição Bolsonaro/Lula no final de 2022 foi marcada pela firme disposição do futuro Ministro da Fazenda em honrar o compromisso com o financiamento e com a austeridade. Assim, os passos seguintes foram a aprovação do Novo Arcabouço Fiscal (NAF) em substituição ao dispositivo constitucional do teto de gastos e o anúncio de metas de arrocho na política fiscal, com a busca idílica da parte de Fernando Haddad pelo sacrossanto superávit primário.

O fato é que os jornalões e as grandes redes de comunicação não desistiram de fazer da chamada “questão fiscal” um de seus principais cavalos de batalha. Assim, na visão desse povo que habita o topo da nossa vergonhosa pirâmide da desigualdade, tudo se explicaria a partir de um suposto descontrole das contas

públicas. Senão vejamos o canto uníssimo apresentado pelas elites das finanças:

“QUESTÃO FISCAL” É A NOVA OBSESSÃO

i) a economia cresce a um ritmo lento e insuficiente? A culpa é da incapacidade do governo em equilibrar suas contas. O PIB vai voltar a subir a níveis compatíveis com as necessidades do País depois que o governo resolver a questão fiscal.

ii) a cotação do dólar norte-americano sobe a níveis recordes? A responsabilidade é do déficit primário. O câmbio voltará a patamares adequados depois que o governo resolver a questão fiscal.

iii) a inflação ameaça retornar a níveis um pouco mais elevados? Ora, tudo isso estaria mais sereno se o governo obtivesse superávit nas suas contas. O crescimento dos preços deixará de ser um problema depois que o governo resolver a questão fiscal.

iv) a taxa SELIC segue em níveis estratosféricos e a taxa real de juros por aqui segue sendo uma das mais elevadas do mundo? Se o governo tivesse feito seu “dever de casa”, o custo financeiro do conjunto da economia brasileira estaria em níveis bem mais confortáveis. A taxa de juros voltará a níveis razoáveis depois que o governo resolver a questão fiscal.

O mais impressionante é que essa retórica mentirosa ganha adeptos inclusive dentre representantes de outros setores do grande capital não financeiro. E esse mantra da necessidade de se cortar despesas a todo o custo obtém ares de unanimidade. Porém, como a metodologia disseminada e aceita envolve apenas a dimensão “primária” das contas públicas, os gastos financeiros ficam de fora de qualquer controle, teto ou limite. Assim, o impressionante volume de pagamento de juros da dívida pública não é considerado como uma “gastança” pelos escribas defensores da austeridade fiscal radical.

No momento atual vivemos aqui o Brasil mais uma onda avassaladora por mais equilíbrio e superávit nas contas governamentais. A alta tecnocracia ministerial e os chefes das pastas da área econômica se juntam aos representantes do setor financeiro para exigirem, todos eles juntos, maior rigor no corte de gastos e maior empenho no arrocho das despesas não financeiras. Tendo em vista a natureza regressiva e recessiva do NAF, seria de se esperar que a novela do corte de gastos retomasse sua virulência contra as rubricas da área social. Afinal, nenhum dos inúmeros “especialistas” convocados a emitir suas opiniões em prol da austeridade e responsabilidade fiscais sequer mencionou a verdadeira gastança dos R\$ 776 bilhões pagos a títulos de juro da dívida pública ao longo dos últimos 12 meses.

LULA, ABRA O OLHO!

Sempre que são chamados a oferecer sugestões para solucionar o “problema” fiscal, eles apontam o dedo para a desvinculação dos benefícios previdenciários em relação ao salário mínimo e para retirada dos pisos constitucionais para saúde e educação. Além disso, os salários dos servidores públicos também são apontados como um dos principais fatores responsáveis por uma suposta explosão dos gastos públicos.

Para dar conta da tarefa de “equilibrar” as contas públicas começam a ressurgir das catacumbas as soluções miraculosas de sempre. Alguns órgãos da grande imprensa se propõem, inclusive, a ajudar o governo no mapeamento daqueles que seriam os principais gargalos e oferecem as surradas fórmulas para reduzir os dispêndios governamentais. Como sempre, as despesas sociais estão dentre as sugestões mais relevantes para que os cortes orçamentários sejam mais efetivos aos olhos do sistema financeiro.

Enfim, a austeridade fiscal ganhou ares da nova panaceia para resolver todos os problemas do País. No sentido oposto ao que vem ocorrendo na grande maioria dos países no mundo, as elites do financiamento local insistem na tecla abandonada de redução do Estado na economia e de zerar o déficit primário. A palavra de ordem se resume em “cortar e arrochar!”. Pouco importa que isso não ofereça alternativas para que Lula cumpra seu programa de governo. Pouco importa que a grande maioria da população tampouco se beneficie de tal investida neoliberal fora de seu tempo. O fundamental é que ninguém aponte o dedo para o verdadeiro rombo das contas fiscais: o volume estrondoso de despesas com juros da dívida pública.

Lula não pode mais assistir da arquibancada o jogo de seus ministros fazendo gols contra a maioria do povo. O Presidente da República precisa assumir o comando da política econômica para redirecioná-la rumo ao desenvolvimento econômico e social.

* Paulo Kliass é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal.

Lula descarta alterar as aposentadorias militares



Zeca Ribeiro/CD

Presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann “Ata do Banco Central sobre a alta dos juros é desculpa esfarrapada”, afirma Gleisi

A presidente nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann, fez duras críticas à ata do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), aprovada por unanimidade, e divulgada na terça-feira (25). A decisão do Copom mantendo a taxa Selic em 10,5% também foi tomada por todos os diretores, inclusive os indicados por Lula.

“Traduzindo a ata do Copom divulgada ontem: os juros vão continuar nas alturas e podem até subir porque a economia segue melhorando, os empregos, o salário e a renda das pessoas estão crescendo”, disse a parlamentar. A crítica de Gleisi atinge também os diretores indicados por Lula que, ao contrário do que defendeu Lula horas antes da reunião, votaram com Campos Neto para manter os juros nas alturas.

Gleisi denunciou que esses setores estão querendo afundar o país na recessão e no desemprego. “É isso é intolerável para quem impõe a cartilha dos neoliberais fracassados e tem aversão ao desenvolvimento e a tudo o que é bom para o povo”, acrescentou, em postagem feita nesta quarta-feira (26).

A deputada paranaense chamou, ainda, de “desculpa esfarrapada” os argumentos dos membros do Copom. “É desculpa esfarrapada utilizar a inflação – que já está sob controle, segundo ela – como justificativa para manter a taxa básica de juros (Selic) em 10,5% ao ano”, afirmou. “É ainda dizem que a decisão sobre os juros é técnica. Isso é tão falso como dizer que existe bolsonarista moderado”, completou a líder petista.



Ricardo Stuckert/PR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro da Defesa e os comandantes Forças Armadas destroem 5 acampamentos de garimpo ilegal em terras dos Yanomamis

As Forças Armadas, em colaboração com o Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e a PF (Polícia Federal), desmontaram 5 acampamentos nos garimpos Feijão Queimado e Hakoma, localizados na região de Surucucu, na TIY (Terra Indígena Yanomami), em Roraima.

A operação ocorreu, nas últimas sexta-feira (21) e sábado (22), resultando também na inutilização de 9 motores e 5 geradores de energia utilizados nas atividades ilegais.

Esta ação integra a Operação Catrimani 2, coordenada pelo Ministério da Defesa e articulada com a Casa de Governo, que supervisiona as ações do Governo Federal na TIY.

O governo federal instalou, em 29 de fevereiro, a Casa de Governo, em Boa Vista (RR), que coordena ações de proteção à TIY. Essa estrutura faz parte da nova etapa da “desintrusão”, com orçamento de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão para iniciativas estruturais que fortaleçam a saúde pública, a fiscalização e o combate ao crime organizado, entre outras medidas.

QUEDA NO GARIMPO ILEGAL

De acordo com o

Censipam (Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia), ligado ao Ministério da Defesa, os alertas de garimpo na TIY caíram de 378, entre janeiro e abril do ano passado, para 102 no mesmo período de 2024, representando redução de 73%.

A operação contou com a participação de helicóptero Super Cougar da Marinha, 12 militares das Forças Armadas, 2 agentes do Ibama e 2 agentes da PF.

Desde o início da Operação Catrimani 2, em março de 2024, foram destruídos 147 acampamentos, apreendidas 27 armas, inutilizadas 12 aeronaves e 33 balsas.

“DESINTRUSÃO”
Essa ação de “desintrusão” consiste na retirada dos não indígenas que, ocupando parte das terras homologadas, representam ameaça aos indígenas e à floresta, que já teve parte da vegetação destruída, e favorece a exploração de atividades ilegais.

Estão envolvidos nessa operação, que teve início em fevereiro de 2023, Funai (Fundação Nacional dos Povos Indígenas), Inbra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Ibama,

PF, MPF (Ministério Público Federal), PRF (Polícia Rodoviária Federal), Força Nacional, Abin (Agência Brasileira de Inteligência), Censipam e AGU (Advocacia-Geral da União).

FASE 1

Na primeira fase do plano, além da saída dos invasores sem conflitos, o governo focou em dar assistência aos indígenas e proteger postos de saúde e bases da Funai.

FASE 2

Os garimpeiros que continuaram ocupando ilegalmente o TIY foram sujeitos às ações policiais para deixarem os locais de garimpo.

INVESTIGAÇÕES

Na época, ainda sob a gestão do então ministro da Justiça Flávio Dino, ele deixou claro que os garimpeiros que saíssem do território na primeira fase, sem conflitos com as forças policiais, continuariam no alvo das investigações sobre os crimes ali cometidos.

Sobre as investigações, o então ministro Flávio Dino informou que os alvos prioritários seriam os agentes públicos responsáveis pela tragédia humanitária Yanomami, os responsáveis por desvios de dinheiro na saúde e os donos e financiadores dos garimpos ilegais.

Ninguém sabe quando se abrirá mão dos combustíveis fósseis, afirma ministro sobre a Margem Equatorial

O ministro Alexandre Silveira, de Minas e Energia, disse acreditar “piamente” que o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama) vai liberar as pesquisas na Margem Equatorial para que o Brasil conheça a potencialidade de exploração de petróleo na região.

Na avaliação do ministro, o Brasil precisa investir em alternativas energéticas e na produção de energia limpa. No entanto, “em nenhum debate em fórum internacional se consegue precisar, por exemplo, em quanto tempo nós poderemos abrir mão dos combustíveis fósseis. O equilíbrio é sempre o caminho”.

“Acredito piamente que vai ser dado de forma técnica e ambientalmente correta para o direito do Brasil conhecer suas potencialidades, já que nós estamos discutindo ainda a

fase de pesquisa na Margem Equatorial e não a sua exploração”, falou o ministro durante um evento em Portugal.

Para ele, “a grande força do Brasil é a sua potencialidade energética”. “Acredito na construção técnica, ambientalmente correta, mas defendendo que nós não podemos abandonar o direito dos brasileiros conhecerem as nossas potencialidades energéticas como um todo”.

Nas últimas semanas, Silveira vem cobrando do Ibama que libere a pesquisa na Margem, em especial do Bloco FZA-M-59, que fica a 175 quilômetros da costa do Amapá.

O presidente Lula afirmou, na última sexta-feira, que “não tem porque” não pesquisar e explorar a Margem Equatorial. “Nós vamos explorar a margem equatorial, não tem porque

[não explorar]... O Brasil não vai deixar de certificar. Porque, por enquanto, não é explorar. O que nós queremos é fazer um processo de medição para a gente saber se tem e qual a quantidade de riqueza que tem lá embaixo”, explicou.

“E se tiver [petróleo na região], nós temos uma coisa que é o seguinte: a nossa Petrobras é uma empresa de maior competência tecnológica para explorar petróleo em águas profundas”, assinalou.

O presidente ainda descartou o argumento, usado de forma rasa, de que a Margem “é perto da Amazônia”. “É o seguinte: é a 575 km da margem do Amazonas. Ou seja, uma distância enorme e a gente vai fazer isso, 1º certificar como vai explorar e quais são os cuidados que nós temos que ter”, completou.

A medida, junto com outros ataques à Previdência, foi aventada pela área econômica dentro do pacote de cortes sociais que eles pretendem apresentar ao presidente

O presidente Lula afirmou na sexta-feira (28) que não pretende alterar a aposentadora dos militares. Segundo a colunista do site de notícias UOL, Carla Araújo, o recado foi transmitido aos militares pelo ministro da Defesa, José Múcio, a pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A pressão dos especuladores e demais operadores com títulos públicos por cortes nos gastos sociais e na Previdência, para garantir maiores lucros em suas atividades parasitárias, levou alguns setores do governo a espalharem a notícia de que estudam, entre outras coisas, mexer na Previdência dos Militares.

A possibilidade foi levantada pela equipe econômica, encampada pela ministra do Planejamento, Simone Tebet. O plano seria incluir a revisão no pacote de cortes de gastos que ela e

o ministro Fernando Haddad (Fazenda) devem entregar a Lula no início de julho. Haddad está tentando “envernizar” os cortes sociais chamando-os de “redesenho das despesas”.

Vários setores da sociedade reagiram às ameaças de cortes sociais, como os pisos da Saúde e Educação, e na Previdência Social. Militares de alta patente também criticaram as intenções quanto às aposentadorias de militares. Alguns auxiliares de Lula, como o ministro da Defesa, José Múcio, alertaram o presidente para o significado da proposta.

Além de indispor o governo Lula com o conjunto das Forças Armadas, a proposta representa também a abertura de espaço para outros ataques a direitos sociais – cortes defendidos pelos neoliberais dentro e fora do governo. Seria como uma “passagem de boiada” para novas ofensivas contra a Previdência Social como um todo.

520 mil assinam abaixo-assinado pela cassação de ex-ministro Ricardo Salles

Já contém mais de 520 mil assinaturas o abaixo-assinado pela cassação do mandato do deputado Ricardo Salles (PL-SP), que publicou uma mensagem em apoio ao fracassado movimento golpista na Bolívia.

Salles foi ministro do Meio Ambiente do governo Jair Bolsonaro, e não deixou saudades.

Em seu Twitter, Ricardo Salles publicou que os militares bolivianos têm suposta “coragem”.

“En Bolívia las melancias tienen cojones...”, publicou o bolsonarista. Em português, seria “na Bolívia, as melancias têm coragem”, ou “culhões”.

A postagem foi feita ao mesmo tempo que o general Juan José Zúñiga tentava contra o palácio do governo, em La Paz.

Melancia é a forma pejorativa como os bolsonaristas começaram a chamar os militares brasileiros depois que eles se recusaram a aderir ao golpe planejado por Jair Bolsonaro. Isso porque as melancias são verdes por fora e vermelhas, uma alegoria ao comunismo, por dentro.

Depois dessa mensagem, o Instituto Conhecimento Liberta organizou um movimento para que Salles tenha seu mandato na Câmara dos Deputados cassado por apoio ao golpe.

“O tweet de Salles também incita os militares brasileiros a fazerem o mesmo. Isto é muito grave! Não podemos permitir esse tipo de discurso golpista”, diz o abaixo-assinado.

“Vamos juntos pressionar o Congresso Nacional e o deputado Arthur Lira pela cassação e suspensão imediata de Salles. Quem ameaça a democracia deve ser responsabilizado. Golpistas não passarão. Ajude a proteger a democracia”, continua.

O documento já conta com o apoio de mais de 520 mil pessoas.

O youtuber Felipe Neto, que tem mais de

13 milhões de seguidores no Twitter, publicou o abaixo-assinado. Para ele, “é incompatível com a democracia termos um deputado federal que defende e celebra golpe militar. Sem falar da ficha corrida desse sujeitinho. Golpismo é crime”.

O movimento golpista na Bolívia saiu derrotado. O presidente Luis Arce continua no poder e celebrou a vitória da democracia com uma multidão em frente ao palácio do governo. O general Zúñiga foi preso.

REPRESENTAÇÃO

Um grupo de deputados federais entrou com uma representação contra Ricardo Salles na Procuradoria-Geral da República (PGR), pedindo uma investigação por incitação e apologia à tentativa de golpe.

O documento tem as assinaturas dos deputados Fernanda Melchionna (PSol-RS), Sâmia Bomfim (PSol-SP) e Glauber Braga (PSol-RJ). “A postagem escrita pelo representado, como visto, incita de maneira direta e específica os membros do Exército Brasileiro à prática dos mesmos delitos (...). E comemora explicitamente o crime realizado pelo exército boliviano contra as instituições democráticas da Bolívia”, argumentam.

Nas redes sociais, diversos parlamentares rechaçaram a tentativa de golpe na Bolívia e expressaram apoio a Arce.

O deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), publicou um vídeo no qual os militares fogem do palácio do governo enquanto o povo boliviano os enfrenta. “O povo boliviano atendeu ao chamado da DEMOCRACIA e botou os fascistas para correr. O General Zúñiga, arquiteto do golpe, foi preso e arcará com as severas consequências de seus atos. Que sirva de lição, lá e cá. Viva a democracia e a mobilização popular!”, escreveu.



Jornalista Julian Assange passou 12 anos sendo perseguido

“Único crime de Assange foi o de praticar jornalismo de alta qualidade”, afirma ABI

Em nota, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) manifestou sua satisfação pela libertação do jornalista Julian Assange que estava preso e sofria perseguição do governo americano por denunciar os crimes de guerra do regime da Casa Branca contra a população civil no Iraque. “Qual um Ulisses dos tempos modernos, amargou doze anos de privações, com a ameaça de cumprir pena de 175 anos com base em legislação da I Guerra Mundial”, apontou a entidade.

“Foram doze anos de afronta à liberdade de imprensa. Um escândalo, uma vergonha. Sob pressão de Washington, o Reino Unido ameaçava extraditar para os EUA um cidadão australiano cujo único crime foi o de praticar jornalismo profissional e de alta qualidade. Vale lembrar que vários grandes jornais que reproduziram as informações do WikiLeaks foram elogiados e ganharam prêmios de reportagem”, diz a nota, assinada por Octávio Costa, presidente da ABI.

“A ABI, que, entre vários atos de apoio, recebeu no ano passado John Shipton, o pai de Assange, junta-se às entidades e jornalistas do mundo que estão comemorando a libertação do colega australiano. Fizemos o bom combate e temos motivo para nos unirmos à festa da combativa Stella Assange, que tanto lutou pela libertação de seu marido”, completa a nota dos jornalistas brasileiros.

Leia a íntegra da nota da ABI

A Associação Brasileira de Imprensa sempre esteve ao lado do australiano Julian Assange, fundador do WikiLeaks e alvo de implacável perseguição do governo dos Estados Unidos desde 2011. Assange exerceu seu ofício de jornalista ao revelar documentos secretos sobre crimes praticados por tropas norte-americanas no

Afganistão. Mas foi processado exatamente por esse motivo.

Qual um Ulisses dos tempos modernos, amargou doze anos de privações, com a ameaça de cumprir pena de 175 anos com base em legislação da I Guerra Mundial. De 2012 a 2019, Assange viveu asilado na embaixada do Equador em Londres. Com o fim do refúgio, foi detido pela polícia britânica e ficou cinco anos na prisão de Belmarsh, no aguardo de extradição para os EUA.

Foram doze anos de afronta à liberdade de imprensa. Um escândalo, uma vergonha. Sob pressão de Washington, o Reino Unido ameaçava extraditar para os EUA um cidadão australiano cujo único crime foi o de praticar jornalismo profissional e de alta qualidade. Vale lembrar que vários grandes jornais que reproduziram as informações do WikiLeaks foram elogiados e ganharam prêmios de reportagem.

No Dia de São João, chegou ao fim a odisséia de Julian Assange, que agora deve voltar ao seu país de origem. A ABI, que, entre vários atos de apoio, recebeu no ano passado John Shipton, o pai de Assange, junta-se às entidades e jornalistas do mundo que estão comemorando a libertação do colega australiano. Fizemos o bom combate e temos motivo para nos unirmos à festa da combativa Stella Assange, que tanto lutou pela libertação de seu marido.

Viva Assange!!! Viva a liberdade de imprensa!!! Mas é bom não esquecer que ainda há centenas de jornalistas presos, processados, perseguidos e censurados pelo mundo afora. Alguns casos acontecem aqui mesmo no Brasil. Assange está livre. Mas a luta pela liberdade de imprensa continua.

Rio de Janeiro, 25 de junho de 2024

Octávio Costa
Presidente da ABI

Tarcísio entrega controle da Sabesp para responsáveis por apagões no RS

Equatorial Energia, considerada a pior distribuidora de energia do Brasil, foi a única a apresentar interesse pela maior empresa de saneamento da América Latina

O governo de São Paulo anunciou na noite desta sexta-feira (28), a empresa privada Equatorial Energia, como a única candidata a se tornar acionista de referência da Sabesp. A empresa, considerada a pior distribuidora privada de energia do país, deve comprar 15% das ações da Sabesp, assumindo assim o controle da estatal.

De acordo com os critérios do governo Tarcísio para a privatização da maior empresa de saneamento da América Latina, a Equatorial, que deixou mais de 206 mil clientes no Rio Grande do Sul por dias sem eletricidade em janeiro deste ano adquire 15% das ações da Sabesp e, com isso, assumirá o controle por um valor de R\$ 6,7 bilhões, o equivalente a dois anos do lucro da estatal.

A expectativa era de que outras empresas entrassem na concorrência, o que não ocorreu, deixando em evidência o jogo de cartas marcadas da gestão Tarcísio. Sem outros concorrentes, nem mesmo o leilão das ações de referência deverá acontecer.

O modelo de privatização era dividido em duas fases e que previa a disputa entre dois acionistas de referência elevaria o preço da ação ao final da oferta. Isso porque havia um mecanismo que permitia ao segundo colocado igualar o valor oferecido pelo vencedor, desde que tivesse mais reservas de ações feitas por pessoas físicas e fundos de investimento. Agora, isso não vai mais ocorrer, impedindo um 'ágio' na operação. Enquanto isso, Tarcísio segue em uma excursão aos EUA e Europa para oferecer outros 17% das ações da Sabesp para que fundos especulativos drenem a receita da empresa construída pelos paulistas.

SEM EXPERIÊNCIA

A Equatorial Energia tem péssimo histórico de atuação no setor de energia, mas é nova no saneamento. Seus proprietários são conhecidos do ramo da especulação, como o banqueiro Daniel Dantas, do fundo Opportunity, as gestoras Atmos, Capital World Investors, Squadra Capital e o fundo norte-americano de investimentos Blackrock.

No setor energético, a empresa opera sete concessões de fornecimento no país, três delas na região Nordeste, duas no Norte, além de Rio Grande do Sul e Goiás, as duas últimas aquisições, de 2021 e 2022. Tem também negócios em geração e transmissão de energia e telecomunicações.

No saneamento, adquiriu uma primeira concessão em 2021, para prestar serviços de água e esgoto no Amapá, e começou a operar, de fato, em 2022.

Com a aquisição da concessão de saneamento no Amapá, que chama de CSA. No Amapá, a Equatorial já operava a distribuição de energia elétrica antes de assumir também a concessão do saneamento. Venceu o leilão em 2021 com lance de R\$ 930 milhões e compromisso de investimento de R\$ 880 milhões.

Ainda há poucos indicadores oficiais para avaliar o desempenho da companhia, já que os últimos dados do Sistema Nacional de Informações em Saneamento (Snis), do Ministério das Cidades, são de 2022, ano em que a Equatorial assumiu a concessão.

Naquele ano, o Amapá tinha 46,9% da população com acesso a água tratada e apenas 4,5% da população com coleta de esgoto, valores bem abaixo da média nacional, de 84,9% e 56%, respectivamente. O volume de perdas de água no sistema de distribuição chegava a 80,3%, ante uma média nacional de 37,8%.

A CEEE Equatorial ocupa o último lugar do ranking de eficiência da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Logo acima figuram outras duas distribuidoras da Equatorial (de Goiás e do Maranhão), formando a tríade das piores concessionárias do país.

A Equatorial obteve lucro líquido de R\$ 4,3 bilhões em 2021 e de R\$ 1,9 bilhão em 2022. Já a CEEE registrou prejuízo de R\$ 394 milhões em 2021 e de R\$ 266 milhões em 2022.

APAGÕES RIO GRANDE DO SUL

No Rio Grande do Sul, a CEEE Equatorial foi responsável por deixar milhares de gaúchos sem luz em diferentes momentos. Logo após assumir a concessão, após a privatização realizada pelo governo Eduardo Leite, em 2021, a empresa passou a demitir os funcionários mais experientes, ampliar a terceirização e reduzir a qualidade no atendimento.

Ao ajuizar a ação civil pública contra a CEEE Equatorial na qual pede indenizações e multas que totalizam ao menos R\$ 200 milhões, o Ministério Público

compilou reclamações contidas em 14 inquéritos que apuram a atuação da distribuidora. Em 2.315 páginas, os promotores descrevem um "cenário desesperador para as comunidades mais carentes do interior".

São relatos de localidades que ficam até 20 dias sem energia, de prejuízos a pequenas e médias empresas e da precariedade dos serviços.

Desde que a Equatorial assumiu a CEEE, em 2021, a Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (Agergs) realizou 19 fiscalizações na empresa. Foram emitidos quatro autos de infração, com três multas e nove advertências.

Nessas inspeções, ficou constatado que ela leva em média 65% mais tempo do que as outras três grandes distribuidoras do sul do país para atender situações de emergência e que o descumprimento de indicadores de queda de luz e demora na religação atinge 77,3% dos seus consumidores.

Dos 62 conjuntos elétricos da empresa no RS, 49 foram considerados críticos. Em Candiota, o número de cortes de energia superou em 599% o teto estipulado pela Aneel. Em Santa Vitória do Palmar, em 430%.

DEMISSÕES E PRECARIZAÇÃO

Logo após assumir a concessão, a Equatorial lançou um programa de demissão voluntária que atingiu 998 funcionários. Com outros 50 desligamentos posteriores, a companhia reduziu o quadro de pessoal em 52,4%. "A CEEE perdeu sua memória viva. Saíram os profissionais mais experientes", diz o gerente de energia elétrica da Agergs, Alexandre Jung.

Na época, o presidente do Sindicato dos Eletricistas do RS (Senegisul), Antonio Silveira, considerou como resultado uma precarização dos serviços. Virou rotina na entidade denúncias de treinamento deficiente, escassez de equipamentos e falhas nos procedimentos. Há relatos cotidianos de dificuldade até mesmo na comunicação com a central de operações da CEEE Equatorial, pois as viaturas não são equipadas com rádio e há perda de sinal de celular.

AÇÕES A PREÇO DE BANANA

Em coletiva à imprensa realizada na última quinta (27), a direção do Sintaema, junto com representantes do Observatório Nacional das Águas (Ondas), da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo (Arssesp) e da Associação de Profissionais Universitários da Sabesp (APU), apresentaram detalhes de um estudo encomendado pelo Sindicato que escancara crime contra o erário público.

"Os números são claros e mostram uma clara manobra do governo em usar nosso patrimônio para o lucro de alguns empresários. O fato de ser a Equatorial, uma empresa que atua somente em 16 municípios, no estado de Macapá, revela o quão esse processo é nebuloso. Como uma empresa com esse tamanho irá gerir a terceira maior empresa de saneamento do mundo?", alertou o presidente do Sintaema, José Faggian durante a coletiva.

O Sindicato ainda destacou que todo o processo de privatização comprova que está em curso uma negociação que coloca no centro da banca a Sabesp. "Tarcísio está vendendo a empresa que mostrou força e referência em momentos como a crise hídrica e os desastres em Ubatuba e no Rio Grande do Sul. Ninguém faz o que a Sabesp faz, lembrando que todas essas ações sociais ocorrem sem prejudicar a saúde financeira da empresa, que todos os anos computa lucros bilionários", emendou o presidente.

Durante a coletiva, os dois escritórios de advocacia, o Escritório Rubens Naves Santos Junior e o Escritório Marcus Neves, contratados pelo Sindicato destacaram as mais de 50 ações na Justiça contra a privatização. "Não restam dúvidas sobre a inconstitucionalidade do processo de privatização e do impacto desolador que essa venda causará para mais de 70% da população de São Paulo", afirmaram os advogados presentes, doutor Rubens Naves e o doutor Gustavo Silva.

O estudo encomendado Sintaema mostra que o valor das ações da Sabesp está subestimado. O preço da ação da Sabesp, que é negociada atualmente por cerca de R\$ 74, deveria estar em torno de R\$ 100. Entre os argumentos para apontar essa diferença, o relatório indica que os custos que a Sabesp terá para universalizar o saneamento deverão ser 30% ou 40% menores do que os previstos pelo governo do estado.



Controle do saneamento foi vendido sob a promessa de pagamento de R\$ 6,9 bilhões, o que equivale a menos de dois anos do lucro da estatal



Vereador bolsonarista é o mesmo que perseguiu o padre Lancellotti

Seguidor de Bolsonaro imita os nazistas e tenta eliminar moradores de rua pela fome

A Câmara de Vereadores de São Paulo aprovou, em 27 segundos, em primeiro turno, o projeto do vereador bolsonarista Rubinho Nunes (PL 0445/2023) que proíbe qualquer pessoa de dar comida a pobres nas ruas da capital.

Medida semelhante, que cria obstáculos, e até multa, para quem ajuda os pobres e pode levar à morte de fome os moradores de rua de São Paulo, foi adotada na Alemanha Nazista, que, por ordem de Hitler, eliminou mais de 300 mil pessoas consideradas "indigentes" e "invalidas" pelo regime fascista alemão.

Ao se consolidarem no poder, os nazistas ampliaram seus crimes. Após a eliminação de milhares de alemães, eles iniciaram a perseguição de outros povos da Europa. Escravizaram milhões de pessoas, mataram seis milhões de judeus e mais de 20 milhões de soviéticos.

Eles só foram parados pela formação de uma frente ampla antifascista, liderada por Stalin, líder da URSS, Roosevelt, presidente dos EUA e Churchill, primeiro-ministro da Inglaterra. Muitos deles foram presos e julgados por seus projetos genocidas.

O PL 0445/2023, apresentado por Rubinho à Câmara Municipal em agosto

do ano passado, cria uma série de barreiras, que, se aplicadas, inviabilizam as ações de cidadãos e entidades que doam alimentos às pessoas em situação de vulnerabilidade na cidade de SP. As razões apresentadas pelo aprendiz de nazista ao comemorar a aprovação do projeto, deixam claro o seu objetivo: perseguir os moradores de rua e aqueles que os auxiliem.

Apesar de comemorar a aprovação, o autor foi obrigado a recuar. O repúdio geral da sociedade e o anúncio do prefeito, Ricardo Nunes, de que, se aprovado, o projeto seria vetado, fez com que o vereador anunciasse a interrupção de sua tramitação.

O vereador bolsonarista é o mesmo que promoveu há algum tempo uma feroz perseguição às entidades sem fins lucrativos que atuam com a população em situação de rua na capital e que recebem recursos públicos da Prefeitura de São Paulo.

Sem citar nominalmente o padre Júlio, ele queria uma CPI contra o padre Júlio Lancellotti, da Pastoral do Povo Rua. O religioso desenvolve há anos ações de ajuda e acolhimento a essas pessoas. Seu trabalho já foi, inclusive, elogiado pelo Papa Francisco, que lhe telefonou para manifestar apoio.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de São Paulo disse nesta sexta-feira (28),

por meio de nota, que o projeto é inconstitucional. "Se todos são iguais perante à lei e aos poderes públicos constituídos, não pode o Município se sobrepor às relações humanas e às relações interpessoais. Desta forma, a Câmara não pode, em hipótese alguma, proibir que pessoas doem a outras pessoas, seja alimentos, bens ou afetos", apontou a Comissão Permanente de Direitos Humanos da OAB-SP.

Denisson D'Angiles, fundador do Instituto CEU Estrela Guia, disse estar estupefocado com o projeto de lei. "Quando alguém com o poder de legislar sobrepe as suas vontades próprias em vez de coibir a fome, nos preocupa muito. A fome está latente no coração da cidade. Uma pessoa com um pouquinho de discernimento, com um pouquinho de razão, jamais cercearia este bem-estar, cercearia a vida de uma pessoa".

Centenas de entidades fazem o trabalho que a prefeitura deveria fazer, mantendo essas pessoas vivas, alimentadas e protegidas do frio. São grupos de voluntários. O padre Júlio Lancellotti, coordenador da Pastoral do Povo de Rua de São Paulo, disse que o projeto "é aporofóbico (aversão aos pobres), de punição às pessoas vulneráveis e daqueles que estão a seu serviço".



Othon Bastos e Marcus Vinicius no seminário "Memórias do Palco"

Othon Bastos relembra a resistência do teatro contra a ditadura:

"Dar voz a quem tinha um grito preso na garganta"

O seminário "Memórias do Palco", do CPC da UMES recebeu na última terça-feira (25), uma verdadeira lenda viva do teatro brasileiro. Em uma sessão totalmente lotada no Cine-Teatro Denoy de Oliveira, Othon Bastos abriu as cortinas do passado e ofereceu ao público verdadeiras preciosidades da sua trajetória e da construção da nossa dramaturgia.

A noite foi iniciada com a leitura encenada de um trecho de "Um Grito Parado no Ar" pela Cia. Paulicéia. Considerada uma das peças fundamentais do período de resistência à ditadura, a peça de Gianfrancesco Guarnieri, dirigida por Fernando Peixoto, foi um dos primeiros espetáculos a furar o cerco da censura e mostrar a realidade brasileira, representada pelas dificuldades de um grupo teatral ao tentar encenar uma peça.

Ao abrir sua fala, Othon relembrou sua primeira (e traumática), experiência com o teatro, ainda na escola, e que, segundo ele, o levou a tomar a decisão de se tornar um "dentista" e ficar bem longe dos palcos. Mas, a vida o levou de volta ao caminho da arte.

Othon destacou também o período de sua companhia de teatro, junto a sua esposa, Martha Overbeck, a Othon Bastos Produções Artísticas, que foi atuou durante um período muito sensível para a arte brasileira. Ao comentar sobre o trecho encenado pela Cia. Paulicéia, de "Um Grito Parado no Ar", ele explicou que o objetivo era o de dar voz a aqueles que eram sufocados pela ditadura.

"Percorremos o Brasil para dar voz a aqueles que tinham um grito preso na garganta", disse o ator.

Ao iniciar seu comentário, o maestro Marcus Vinicius, presidente da Associação de Músicos, Arranjadores e Regentes - AMAR-SOMBRA, relembrou seu primeiro trabalho junto a Othon, na encenação de "Calabar", de Ruy Guerra e Chico Buarque, que havia sido proibida pela ditadura em 1973, e foi finalmente encenada em 1979. O musical contou com o arranjo de Marcus Vinicius e dali surgiu a amizade entre os dois.

O maestro enfatizou o papel dos atores que permaneceram no Brasil durante a ditadura, enquanto outros tantos tiveram que se exilar por conta da perseguição. Segundo Marcus, Othon teve papel fundamental neste período.

"É importante lembrar que a companhia do Othon foi responsável por sustentar o teatro de resistência no Brasil. Por isso eu saúdo este combatente que naquele momento falou: Vamos continuar", destacou Marcus.

Ao longo da noite, Othon respondeu questionamentos do público presente e falou sobre a sua longa e brilhante história nas artes brasileiras. Desde o início da sua carreira, na construção do Teatro Vila Velha, inaugurado na Bahia em 1964, além de sua atuação no cinema.

Othon relembrou como se deu a construção de Corisco, em "Deus e o Diabo na Terra do Sol", de Glauber Rocha. Segundo ele, o diretor "compru seu passo", às vésperas da estreia de "Eles Não Usam Black-Tie", no Teatro de Arena, por o equivalente a 36 reais.

Glauber Rocha, principal nome do Cinema Novo, recebeu as contribuições de Othon para a formação do personagem icônico. "Não queria fazer um Corisco como eram retratados os cangaceiros à época. Ele tinha ser inquieto, tinha que pular, correr...", destacou o ator, responsável por uma das atuações mais brilhantes do nosso cinema.

A íntegra do seminário "Memórias do Palco: Abre a cortina do passado" será disponibilizada em breve pelo CPC-UMES no canal do Cine-Teatro Denoy de Oliveira.

O projeto segue por mais duas semanas no Cine-Teatro com debates que contarão com Cecília Boal (02 de julho) e Renato Borghi (09 de julho), sempre às 19 horas. Para reserva de ingresso, entre em contato com a equipe do CPC-UMES pelas redes sociais.



Othon Bastos no Cine-Teatro Denoy de Oliveira, no Bixiga

“Projeto do trabalho infantil viola direito da criança”, afirma MPT

O Ministério Público do Trabalho expediu Nota Técnica pedindo a rejeição do Projeto de Emenda à Constituição (PEC) nº 18/2011, que autoriza o trabalho infantil. A matéria, que estava no limbo há 13 anos, visa permitir que crianças de 14 anos possam firmar contratos de trabalho em regime de tempo parcial.

De autoria do deputado Dilceu Sperafico (PP-PR), a matéria foi ressuscitada pelo deputado Gilson Marques (Novo-SC), que apresentou parecer pela admissibilidade na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados. Em 2021, o governo de Jair Bolsonaro (PL) tentou reavivar a proposta, sem sucesso na ocasião.

De acordo com nota do MPT, a PEC é inconstitucional e incompatível com a proteção integral e os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, entre eles a Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU), além de ferir o direito ao não trabalho de crianças e adolescentes, previsto na Constituição Federal.

Em seu artigo 7º, a Constituição Federal, inciso XXXIII, define a “proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”.

O trabalho em regime de tempo parcial foi inserido a partir da “reforma” trabalhista (Lei 13.467/2017), aprovada no governo Temer, sendo definido como “aquele cuja duração não exceda a trinta horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou, ainda, aquele cuja duração não exceda a vinte e seis horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais”.

O MPT ressalta que os impactos negativos do trabalho precoce são corroborados pelos números do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), que registrou, entre 2007 e 2022, 60.095 ocorrências de acidentes do trabalho de crianças e adolescentes, sendo que 34.805 relativas a acidentes de trabalho graves.

O trabalho infantil é considerado um problema de saúde pública para o Ministério da Saúde (MS), uma vez que provoca consequências negativas à saúde e ao desenvolvimento de crianças e adolescentes, e que demandam de políticas públicas para seu combate e não para a sua promoção pelo poder público.

No Caderno de Atenção Integral à Saúde de Crianças e Adolescentes em Situação de Trabalho (2024), o MS explica que as consequências imediatas do trabalho precoce vão desde problemas de ordem social, como a evasão escolar, a problemas de saúde físicos e psicológicos, como fadiga excessiva, distúrbios do sono, irritabilidade, alergias e problemas respiratórios, fraturas, lesões, baixo peso, imagem negativa de si, baixa autoestima, adultização precoce, prejuízos na socialização e comprometimento do tempo de lazer.

“O trabalho infantil priva crianças e adolescentes de infâncias e adolescências plenas, retirando-as da escola, afetando seu aproveitamento escolar e violando direitos fundamentais, em especial daquelas em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica e risco social, que são induzidas ao trabalho”, destaca nota do MPT.

Dados do instituto Inteligência em Pesquisa e Consultoria Estratégica (IPEC) divulgou, em 2022, que um total de 2 milhões de meninos e meninas não finalizaram a educação básica e saíram da escola. De acordo com a pesquisa, 48% dos entrevistados deixaram de estudar “porque tinham que trabalhar fora”.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (Pnad) apontam que 97% das crianças e adolescentes que não trabalham estavam na escola, contra 88% daquelas vítimas de trabalho infantil.

Na nota, o MPT destaca que a possibilidade de trabalho aos 14 anos não é solução para famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica, causando, na realidade, a manutenção e o agravamento da exclusão social e da pobreza. A nota destaca que “a única exceção constitucionalmente admitida para o trabalho antes dos 16 anos de idade é por meio da aprendizagem profissional, a partir dos 14 anos, por tratar-se de medida de concretização do direito fundamental à profissionalização e apresentar o necessário caráter educacional e formativo”.

“A aprendizagem profissional é uma política pública destinada à formação técnico-profissional metódica de adolescentes e jovens, desenvolvida por meio de atividades teóricas e práticas e que são organizadas em tarefas de complexidade progressiva, com intuito educativo e formador. Trata-se de contrato de trabalho especial, que deve ser firmado nos termos do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a garantir qualificação profissional, formação prática em ambiente protegido, direitos trabalhistas e previdenciários, e permanência na educação regular”, destaca o documento.

Assim, o modelo de trabalho com o objetivo de formação “não se confunde com as demais formas de contratação para o trabalho, inclusive o trabalho em regime parcial, pois ausente o caráter de formação educacional em que o aspecto formativo se sobrepõe ao produtivo”.

Por fim, a nota técnica destaca que é dever constitucional da família, do Estado e da sociedade assegurar, com prioridade absoluta, os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, mantendo-as a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

“Reduzir a idade mínima para o trabalho viola os direitos de crianças e adolescentes e representa um retrocesso social, incompatível com a proteção integral, a prioridade absoluta e os compromissos internacionais assumidos pelo Brasil [...] Por tais razões, conclui-se que a PEC Nº 18/2011 padece de inconveniências e inconstitucionalidades, não podendo ser admitida, de modo a resguardar direitos humanos e fundamentais de crianças e adolescentes”, conclui nota pela inadmissibilidade e integral rejeição do texto.

‘Contradição entre capital e trabalho não deve impedir pacto pela indústria’

Divulgação



Rafael Lucchesi, diretor de educação da Confederação Nacional da Indústria (CNI)



Servidores assinam acordo com governo federal e afirmam que “luta por valorização continua”

As entidades que representam os docentes e os servidores técnico-administrativos em educação assinaram, na noite de quinta-feira (27), o Termo de Acordo com o governo federal sobre a campanha salarial das categorias. A assinatura, com a presença da ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, se dá após as assembleias de base em todo o país decidirem aceitar a proposta do governo e encerrar a greve após mais de dois meses.

Na avaliação das entidades – Andes-SN (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), Sina-sefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica) e Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico) no início de junho, considerada pela ampla maioria da categoria como uma “farsa”.

“Os acordos hoje assinados cristalizam conquistas das greves na educação federal. E certo que essas vitórias são insuficientes, perto das pautas reivindi-

cativas e das necessidades dos servidores e servidoras da educação. Mas também sinalizam conquistas materiais e políticas daqueles e daquelas que lutam”, afirmou o presidente do ANDES-SN, Gustavo Seferian.

“Hoje, tivemos um acordo que não foi feito no subterrâneo, em uma reunião secreta, com as ratas, mas sim, junto a ministros de Estado, com o reconhecimento da legitimidade dessas entidades enquanto representantes da mobilização que nesses últimos meses tomou o país e apontou a necessidade de reconhecermos a continuidade desses nossos bons embates”, afirma Seferian, referindo-se à assinatura de um acordo para o fim da greve, firmado entre o governo e a Proifes (Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico) no início de junho, considerada pela ampla maioria da categoria como uma “farsa”.

“A luta continua para cobrar o cumprimento do acordo, avanços nos grupos de trabalho, a execução dos recursos previstos para o orçamento das universidades federais, IFs e cefets, bem como na

defesa da educação pública”, afirma o Andes.

Conforme o sindicato, entre as pautas que avançaram na negociação destaca-se o reajuste salarial maior que aquele inicialmente defendido pelo governo, bem como o adiantamento para o mês de abril, da parcela do reajuste em 2026. A proposta acatada pelos professores das universidades e institutos federais prevê a reestruturação da carreira, com ganhos de 9%, em janeiro de 2025; e 3,5%, em maio de 2026. Para os técnicos das universidades e institutos federais, o reajuste ficou em 9% em 2025 e 5% em 2026.

“A continuidade da luta também se dá pela criação dos grupos de trabalho a partir deste acordo firmado com as entidades representantes das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação federal. Essa greve demonstrou a força das trabalhadoras e dos trabalhadores e segue firme nas bases do Andes-SN por todo o país. Continuamos unidos na defesa da educação pública federal”, avalia Rubasmate dos Santos, tesoureira da Adufg SSind e integrante do Comando Nacional de Greve do Andes.

Para Rafael Lucchesi, diretor da CNI, há um importante movimento para a construção de um diálogo entre empresários e trabalhadores para a recuperação da indústria nacional

Rafael Lucchesi, diretor de educação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e palestrante no Seminário Nacional pela Reindustrialização do Brasil, realizado no dia 11 de junho, declarou, em entrevista ao HP, que há um importante movimento para a construção de um diálogo entre empresários e trabalhadores para a recuperação da indústria nacional.

“A visão do presidente da CNI, Ricardo Alban, é uma proposição de diálogo, de construção, em que o foco principal é o desenvolvimento industrial”. Segundo Rafael, a CNI considera “muito importante uma atuação articulada de todo setor produtivo, também de outras confederações, como a Agricultura e o Comércio, e, em especial, a construção de um diálogo com os trabalhadores”.

Rafael ressalta que existem construções históricas que foram muito importantes para quase todos, senão todos, os países que tiveram que se desenvolver aceleradamente. O diretor da CNI avaliou que, embora haja interesses contraditórios entre o capital e o trabalho (“isso é sobejamente sabido”, afirma), citou “o clima de pactos sociais progressistas, bem construídos, exemplos de sucesso, como os casos clássicos do ‘Pacto de Monclou’ e do processo de concertação social na Irlanda”. Conforme Luc-

chesi, “o presidente Alban tem essa compreensão. E a percepção que vários outros dirigentes da CNI têm”.

O líder empresarial declarou que tem buscado a realização deste diálogo e citou que a sua participação nas comemorações do centenário do PCdôB, em Salvador, e o desdobramento no seminário promovido pela CTB, no dia 11 de junho, fazem parte dessa construção.

Os próximos movimentos já serão mais sólidos, resultado das orientações da presidência da CNI, numa perspectiva da construção de uma agenda de país, concluiu.

Em sua palestra para líderes das confederações de trabalhadores na indústria, Lucchesi disse que “com a adesão ao Consenso de Washington e a transferência do protagonismo econômico do rentismo, ao setor financeiro, a gente começou a perder densidade produtiva e desse ponto de vista o Brasil foi o que mais perdeu. Perdemos estrutura produtiva, capacidade produtiva e retrocedemos. As exportações de alta e média tecnologia caíram 50%. Estamos tendo uma especialização regressiva porque estamos abrindo mão dos segmentos mais sofisticados”. “Mas agora, temos uma oportunidade”, avalia, ressaltando ainda que “o diálogo pelo desenvolvimento do país exige maturidade”.

CARLOS PEREIRA

Aposentados repudiam proposta de desvincular aposentadorias do mínimo

Diante da proposta já explicitada pela equipe econômica do governo, como a ministra do Planejamento, Simone Tebet, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, de desvincular a aposentadoria e outros benefícios previdenciários do salário mínimo, entidades de aposentados lançaram uma nota de repúdio, defendendo que “receber uma remuneração não inferior a um salário mínimo é um direito de todos garantido pela Constituição”. As entidades afirmam ainda que, “além disso, o piso salarial passa longe de garantir as necessidades básicas do trabalhador”.

“As instituições abaixo assinadas vêm a público reafirmar a defesa dos aposentados e se posicionam contrárias à pretensão da ministra do Planejamento de apresentar, até 2025, uma proposta de desvinculação das aposentadorias da correção do salário mínimo”, diz a nota.

As entidades lembram ainda que no capítulo dos direitos sociais, a Constituição

de 1988 define que “o salário mínimo deve cobrir todas as necessidades do trabalhador e de sua família, ser unificado em todo o território nacional e reajustado periodicamente para garantir seu poder aquisitivo”.

Afirmando que o “salário mínimo encontra-se muito distante do valor previsto na Constituição”, as entidades dizem ser “inconcebível que haja, dentro do próprio governo federal, quaisquer tipos de estudos que prevejam reajuste para o piso dos benefícios do INSS menores que os concedidos ao piso salarial nacional”.

Assim a nota o SINAB – CSB (Sindicato Nacional dos Aposentados do Brasil), a COBAP (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas), o SINDNAPI – FS (Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos); o SINTAPI – CUT (Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos), e o SINDIAPI – UGT (Sindicato Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos).

Dieese: acordos salariais tiveram aumento real em 87,3% das negociações em maio

Boletim Informativo do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), divulgado na última terça-feira (25), aponta que 87,3% dos reajustes salariais negociados em maio, até o dia 4 de junho, ficaram acima do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Outros 10,4% registraram resultados iguais à inflação e apenas 2,3% ficaram abaixo do índice inflacionário.

A variação real média dos reajustes – equivalente à média simples de todas as variações reais dos salários – foi de 1,86%, a maior desde julho de 2023.

De acordo com o Dieese, os resultados de maio,

embora preliminares, apontam para a volta aos patamares registrados no primeiro trimestre de 2024, quando ao menos 85% dos reajustes alcançaram ganhos reais.

No ano, 85,2% dos reajustes analisados resultaram em ganhos reais aos salários, sempre na comparação com o INPC. Outros 11,6% tiveram percentual igual ao do índice de preços, enquanto 3,2% registraram percentual abaixo da inflação.

De acordo com estudo do Dieese, 86,4% dos reajustes da indústria e serviços registram ganhos acima da inflação em 2024. Já o comércio apresentou percentual menor, de 75,3%.



Frente Popular chama franceses a vencer extrema-direita no 2º turno

Com Macron e seu desastre econômico como maiores perdedores no primeiro turno, Nova Frente Popular surge como opção para derrotar a extrema-direita francesa

Achaque aos aposentados com o aumento da idade mínima para 64 anos, desastre econômico sob as sanções à Rússia e capachismo de Macron a Washington com endosso à guerra de expansão da Otan na Ucrânia fazem eleitores cobrarem o prego nas urnas.

Nas eleições de maior comparecimento em 40 anos na França, a coalizão do presidente Emmanuel Macron foi a grande derrotada, ficando em terceiro lugar, atrás da Reunião Nacional de extrema-direita, que repetiu seu desempenho da eleição ao parlamento europeu, e atrás da recém constituída Nova Frente Popular, em segundo lugar e que unifica comunistas, socialistas, insubmissos e verdes, com o país indo no próximo dia 7 de julho ao segundo turno.

De acordo com pesquisas de boca de urna feitas pelos institutos Ifop, Ipsos, OpinionWay e Elable e pela Rádio França, a Reunião Nacional obteve 34% dos votos, segundo pela Nova Frente Popular, com 28%, e em terceiro, Macron e sua turma com 20%. A direita tradicional, Os Republicanos, obteve 10%.

No sistema eleitoral francês, só é eleito no primeiro turno o deputado que obtiver 50% mais um dos votos em cada região, e vão para o segundo turno aqueles que obtiveram pelo menos 12,5%. Assim, segundo as agências de notícias, das 577 cadeiras só estavam eleitos 76 (39 da RN, 32 da NFP e 2 pró-Macron). Em 165 distritos eleitorais, haverá pelo menos três candidatos e em 3, quatro.

O ex-candidato a presidente francês pela França Insubmissa, o principal partido da Nova Frente Popular, Jean-Luc Mélenchon, assinalou que a votação “infiugiu uma derrota pesada e indiscutível ao presidente [Macron]” e convocou a deter a ascensão da extrema-direita.

“A formação da Nova Frente Popular em apenas vinte e quatro horas, as suas candidaturas conjuntas do primeiro turno, o seu programa compartilhado e hoje o salto na participação frustraram a armadilha” da dissolução do parlamento, disse o líder opositorista.

Armadilha que – apontou – pretendia colocar os franceses diante da “escolha sufocante de ou ele ou a RN”.

A escolha, ele previu, será sobretudo um duelo entre “a Nova Frente Popular ou a RN”. Em caso de triangular [quando são três na disputa], e caso um candidato de esquerda fique em terceiro e o candidato da RN seja o primeiro, “retiraremos a nossa candidatura, onde quer que seja, em todas as circunstâncias”, exortou.

“Nem um voto, nem mais uma cadeira para a RN”, apelou. “Nossas instruções são claras, nossas instruções são simples.”

Mélenchon chamou “cada um e todos a tomarem uma posição, envolver-se e convencer aqueles que os rodeiam. A República está em jogo. É sobre a ideia que temos de viver juntos”.

REPUBLICANISMO MAROTO

Depois de lançar a França nessa sinuca com a antecipação das eleições legislativas – que normalmente seriam realizadas em 2027, junto com as presidenciais –, agora até Macron se lembrou de que é preciso “defender o republicanismo”, unir as “forças republicanas e democráticas”, e marotamente está chamando a apoiar o “centro” para poder deter a Reunião Nacional.

Ao mesmo tempo, círculos do macronismo dizem que isso não vale quando o candidato for da França Insubmissa – isto é, querendo que a frente popular sirva de biombo para o continuísmo, como disse explicitamente o ex-primeiro-ministro Edouard Philippe.

Empulhação rechaçada pelo coordenador da França Insubmissa, Manuel Bompard, que considerou “inadmissível” tal veto e a cínica equiparação da LFI à RN.

Para Bompard, “duas forças (...) se opõem e (...) estão em posição, dentro de poucos dias, de governar o país”. “Ou os franceses deixaram o país afundar ainda mais no racismo, na rejeição, no ódio aos outros e numa política econômica, em última análise, muito próxima daquela que foi posta em prática por

Emmanuel Macron. Ou pelo contrário, os franceses, na próxima semana, abrem a possibilidade de abrir uma nova esperança para uma nova página na história deste país”. “Ou é a rejeição do outro que vence, ou é a esperança de um mundo e de uma França onde vivamos melhor na unidade do país”, sublinhou.

COABITAÇÃO

Para que a Reunião Nacional possa indicar o primeiro-ministro e pela primeira vez se torne governo, precisará, com os aliados, de 288 votos. Ao comemorar o resultado, Marine Le Pen, responsável por repaginar a então Frente Nacional e filha do líder histórico da extrema direita, asseverou que “a alternância está chegando”.

No sistema político francês semipresidencialista, a coalizão que obtiver mais votos nas eleições legislativas indica o primeiro-ministro, que cuida dos assuntos internos. Assim, como ocorreu em 1997, poderá ocorrer um assim chamado governo de coabitação, em que o presidente do país é de um partido, e o primeiro-ministro é de oposição.

Parte de Os Republicanos (LR, na sigla em francês), a direita tradicional, já marchou junto com a RN neste primeiro turno. A direção da LR já disse que não apoiará ninguém onde não tiver candidato, liberando seus eleitores.

O atual primeiro-ministro de Macron, Gabriel Attal, também conclamou à “frente republicana já” e sugeriu que os candidatos macronistas na terceira posição retirem sua candidatura para evitar a eleição de um deputado da RN. E para adoçar a boca da oposição progressista anunciou que irá retirar o projeto de lei que piora os termos em vigor do seguro-desemprego.

Até aqui, era uma tradição das forças democráticas e republicanas francesas, da direita gaulista até os comunistas, não compactuar com a “normalização” da extrema-direita, então Frente Nacional, notória pelo racismo e xenofobia e com raiz no colaboracionismo com a ocupação hitlerista da França na II Guerra.

REPAGINADA

Com o Tratado de Maastrich e a constituição da União Europeia, a Frente Popular passou a se apresentar como um partido eurocético, crítico ao que chamava de redução da soberania francesa. Sob a batuta de Marine desde 2011, escamoteou o racismo e a xenofobia e até mudou de nome, para Reunião Nacional. Jordan Bardella, de 28 anos, candidato da RN a primeiro-ministro e cabeça da disputa no parlamento europeu, já é a terceira geração dessa reciclagem, exibindo um ar mais civilizado. Na contramão, por exemplo, do que a extrema-direita fez na Argentina, com os arreganhos de Javier Milei. Mas que continua fazendo imigrantes e árabes de bodes expiatórios.

Aliás, o aumento do espaço da Reunião Nacional não se deu ao acaso. Sucessivos governos dos socialistas ou da direita tradicional se revezaram cortando direitos dos trabalhadores e os gastos sociais, para salvar os bancos na crise que atingiu a União Europeia em 2011.

Já a questão da imigração alcançou a dimensão atual devido à legião de refugiados econômicos das ex-colônias africanas que foram empurrados para os botes sob o austericídio do FMI e dos refugiados das guerras dos EUA/Otan na Síria e na Líbia.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br



Líderes da Nova Frente Popular em coletiva de imprensa logo após as eleições

União Europeia condena 'legalização' de roubo de terras palestinas por Netanyahu

Peter Stano, porta-voz da União Europeia, repudiou a medida aprovada pelo governo de Netanyahu considerando “legais” cinco assentamentos judaicos construídos sobre terras assaltadas aos palestinos na Cisjordânia.

No comunicado, a UE condena “fortemente” o anúncio da “legalização” destes assentamentos judaicos montados em terras tomadas aos palestinos na Cisjordânia e classifica a medida anunciada pelo fanático ministro das Finanças, Bezalel Smotrich como “mais um atentado aos esforços de paz”.

O comunicado à imprensa partiu do porta-voz da UE, neste sábado (29), expressando que os líderes da organização reunidos no Conselho Europeu denunciam as decisões do governo de Israel de expandir assentamentos ilegais na Cisjordânia ocupada.

A União Europeia insta Israel a “reverter tais decisões imediatamente”.

A entidade europeia reiterou sua adesão à posição internacional expressa nas resoluções do Conselho de Segurança da ONU afirmando que não devem ser reconhecidas quaisquer mudanças de status nas fronteiras de 1967 (antes da Guerra dos Seis Dias que resultou em ocupação, até hoje, de



Netanyahu e Smotrich oficializam roubo de terras

território palestino e sírio), a menos que acordo entre as partes.

A UE enfatiza que é necessário parar com todo tipo de ação que venha a minar a Autoridade Nacional Palestina a exemplo da não entrega de impostos cobrados a trabalhadores palestinos e que sejam evitadas medidas que impeçam os serviços entre bancos israelenses e palestinos.

Aproveitando a ocasião, a União Europeia reafirmou seu compromisso firme com uma paz permanente e sustentável com base nas “resoluções relevantes da ONU” e acrescenta que “vê a Solução dos Dois Estados como a base para a solução do atual conflito”.

AFRONTA À ONU

Ao invés de atender aos alertas internacionais contra a tomada de terras palestinas, o governo de Netanyahu

acaba de aprovar a indicação do ex-chefe do conselho dos assaltantes de terras palestinas, Dany Danon, para embaixador de Israel na ONU.

Danon que chegou a ser o chefe do “Conselho das Comunidades Judaicas na Judeia e Samaria” (Judeia e Samaria são os termos usados pelos assaltantes de terras para designar a Cisjordânia palestina sob ocupação desde 1967 e as ‘comunidades judaicas’ são os assentamentos erguidos em terras assaltadas nesta região) e ele próprio morador de um destes assentamentos, o de Ma’aleh Shomron, foi rejeitado pelo governo do Brasil quando de sua indicação para embaixador de Israel em Brasília, em 2016, exatamente pois se trataria de um reconhecimento por parte do governo brasileiro do roubo institucionalizado das terras na Cisjordânia.

Arrocho de Milei faz PIB argentino despencar 5,1% no primeiro trimestre

A devastação perpetrada por Milei na economia argentina fez o país entrar em recessão com o Produto Interno Bruto despencando em 5,1% no primeiro trimestre deste ano face ao mesmo período de 2023.

Os dados foram divulgados pelo Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (Indec). A medição indica que o país entrou em recessão técnica, assim definida quando a atividade econômica cai por dois trimestres consecutivos. No último trimestre de 2023, a redução no PIB foi de 2,6%.

A contração da atividade – fruto dos desastrosos cortes nos investimentos, manutenção e custeio públicos – ocorreu a partir de uma queda de 6,7% no consumo privado e de 5% no consumo público. Ao mesmo tempo, o investimento teve uma contração de 23,4%.

Milei, que assumiu a presidência em dezembro passado dizendo que teria que cortar gastos para chegar a um déficit fiscal zero, determinou a paralisação de obras federais e a interrupção do repasse de dinheiro para os Estados. Além disso, deixou de subsidiar tarifas de água, gás, luz, transporte



público e serviços essenciais – política que se aplicava no país há muito tempo –, o que resultou em um aumento agressivo nos preços ao consumidor.

POBREZA

Pelos dados econômicos divulgados nesta segunda-feira 24, em nível setorial a recessão foi especialmente acentuada no setor da indústria manufatureira, que registrou uma queda interanual de 13,7%, e na construção que, ligada ao congelamento das obras públicas, caiu 19,7% comparado com o primeiro trimestre de 2023.

Em consequência dessa política, os salários reais caíram 17% de novembro para março, provocando

Reprodução

Reprodução

Reprodução

Reprodução

Reprodução

Reprodução

Reprodução

Reprodução



Revolta popular obriga presidente do Quênia retirar a lei de arrocho

A lei de aumento de impostos, que implicava na elevação dos preços desde o pão (16%) até os combustíveis (50%), ditada pelo FMI, foi revogada pelo presidente do Quênia, William Ruto após uma revolta popular que incluiu a tomada do parlamento por manifestantes na capital Nairobi e se estendeu ao país inteiro.

Ruto assumiu que tomou a decisão de recuo “porque os quenianos estavam insatisfeitos” com o projeto de lei. Depois de uma repressão brutal em que a polícia matou a tiros 14 manifestantes e feriu dezenas, ele asseverou estar disposto a “dialogar”.

Ruto ainda tentou alegar que o arrocho proposto, e que todos sabem que foi imposição do FMI para “reduzir o déficit”, seria supostamente para melhorar a saúde, a educação e para a agricultura e compra de fertilizantes.

Os protestos contra os novos impostos no Quênia começaram em 13 de Junho e espalharam-se por todo o país, incluindo, além da capital Nairobi, as cidades de Kisumu, Nyeri, Nakuru, Eldoret, Kilifi, Lodwar, Kakamega, Kisii, Meru e Mombaça.

A entrada de manifestantes no parlamento em Nairobi na terça-feira (25) foi o ponto culminante de uma semana de protestos contra o projeto de lei orçamentária do governo Ruto, ditado pelo FMI, e que, além de provocar o aumento dos preços do pão e combustíveis, elevava também os do óleo de cozinha e até as taxas sobre transações via internet. As medidas foram aprovadas por pequena margem de 195 a 106 votos em terceira votação. O Quênia, com 52 milhões de habitantes, é o principal país do leste da África.

A repressão que matou 14 manifestantes, também deixou como consequência uma ampla quantidade de feridos. Só no Hospital Nacional Kenyatta, no centro de Nairobi, mais de 200 pessoas foram atendidas com ferimentos de bala.

REDUÇÃO DE DÉFICIT

Com o pagamento só de juros no Quênia correspondendo a 37% de tudo que é arrecadado, o FMI exigiu a “redução dos déficits” – nas costas da população – como condição para conceder financiamento adicional. Em abril de 2021, o Quênia firmou um acordo de US\$ 3,6 bilhões com o FMI em troca de uma austeridade selvagem.

O Fundo apoiou a Lei das Finanças de Ruto, afirmando que “as autoridades deram passos decisivos para a consolidação orçamental”.

Por volta de meio dia da terça, várias centenas de pessoas romperam as barreiras policiais, apesar do gás lacrimogêneo e dos canhões de água e atravessaram os portões do Parlamento localizado no distrito comercial e administrativo da capital, segundo imagens da televisão queniana. Os protestos se estendem ao país inteiro, com os manifestantes tendo convocado uma paralisação nacional.

Pela iníqua lei de finanças de Ruto, a carga fiscal aumentaria em US\$ 2,7 bilhões de dólares, para pagar credores e rentistas e supostamente “aliviar a carga da dívida”. De acordo com uma pesquisa recente realizada pela Infotrak, 87% dos quenianos são contrários ao projeto.

Além da capital, os protestos atingiram Kisumu, a terceira maior cidade do país e um reduto da oposição; Nanyuki, onde está localizada a maior base militar britânica na África Oriental; e Mombaça, principal porto da África Oriental.

Os manifestantes exigiam a renúncia de Ruto – aliás, eleito há menos de dois anos prometendo defender “os mais pobres” – e, após o massacre no parlamento, também o dos parlamentares.

ARROCHO QUE ATENDE AO FMI

Nascido nas redes sociais a 13 de junho, o movimento “Ocupar o Parlamento” opõe-se ao projeto de orçamento 2024-2025, que prevê a introdução de impostos de IVA que além dos produtos já citados traria o imposto anual de 2,5% sobre veículos particulares, um imposto especial de consumo de 25% sobre o óleo de cozinha, uma taxa ecológica sobre produtos considerados prejudiciais ao meio ambiente – incluindo fraldas, baterias, pneus de borracha, aparelhos de televisão e smartphones – e um imposto especial sobre motocicletas montadas localmente em um país com três milhões de motocicletas (“boda-boda”). Foi o que levou os manifestantes a declararem uma insuportável repercussão sobre o custo de vida.

Isso em um país em que, em maio, a inflação já era de 5,1%, enquanto o aumento dos preços dos alimentos e dos combustíveis ia respectivamente a 6,2% e 7,8%.

Na semana passada, dois manifestantes já tinham sido mortos, além de dezenas de feridos e centenas de prisões, como denunciado por entidades de direitos humanos. A Anistia Internacional e Comissão de Direitos Humanos do Quênia (KHRC, na sigla em inglês) acusaram as autoridades de realizarem raptos de ativistas.

Anteriormente, o governo de Ruto havia imposto a duplicação do IVA sobre os combustíveis de 8% para 16%; aumento de impostos sobre alimentação, transferências de dinheiro móvel, criação de conteúdo digital e salários; aumento das contribuições para a seguridade social; e corte de empregos no setor público, além de cobrar uma taxa dos trabalhadores com emprego formal a pretexto de financiar moradias “acessíveis”.

Antes do recuo, Ruto chegou a chamar o Exército, censurou a internet e, em discurso televisionado, descreveu os manifestantes como “traidores” e “criminosos perigosos” e “ameaça existencial à nossa república”.

Em maio, Ruto esteve em Washington em visita de Estado, quando o governo Biden nomeou o Quênia um grande aliado extra-Otan, o primeiro na África subsaariana. A viagem também serviu para ultimar a proposta norte-americana de envio de uma força policial do Quênia para intervir no conturbado Haiti e evitar a saída de refugiados para os EUA.

O Quênia também aderiu à Operação Prosperity Guardian, liderada pelos EUA, a operação militar contra as milícias houthis no Iêmen que tentam interromper o fornecimento aos militares israelenses, em solidariedade aos palestinos.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Assange foi perseguido por denunciar crimes hediondos dos EUA no Iraque



Estas foram as imagens dos crimes no Iraque que o regime da Casa Branca queria esconder, ao lado o jornalista que os EUA tentaram silenciar (fotomontagem HP)

Fiasco de Biden diante das mentiras de Trump leva democratas a pensar em outro candidato

O desempenho pífilo do democrata Joe Biden no primeiro debate presidencial com o republicano Donald Trump na noite passada e o pânico entre os democratas foi assinalado pelos principais jornais norte-americanos nesta sexta-feira (28), com o The New York Times estampando que “Dificuldades de Biden em debate alarmam democratas”; “Democratas entram em pânico com Biden, duvidando de seu futuro” (Washington Post) e “Democratas discutem substituição de Biden na chapa presidencial” (Wall Street Journal).

Diante de um Trump que mentia descaradamente sobre tudo, do assalto ao Capitólio até às suas condenações pela justiça, que não se comprometeu a aceitar o resultado das eleições e vomitou xenofobia contra imigrantes, em um debate recheado de insultos pessoais, Biden se mostrou “instável”, “congelou” em certos momentos, tropeçou nas palavras, começou uma resposta por um assunto e acabou em outro, na prática deixando sem resposta a principal questão em jogo nesse debate, se o octagenário presidente estaria apto para encabeçar o país por mais quatro anos no quadro de enorme divisão interna e o mundo rumando para a multipolaridade. “Uma coisa estava clara no final do primeiro confronto presidencial de 2024: os democratas estavam em pânico após o desempenho de Biden no debate à noite. Sua consternação abrangeu os corredores do Congresso, as cidades costeiras de doadores endinheirados, os redutos do partido em todo o país e os bares e salas de estar



Trump e Biden no “debate” (Jim Watson, B. Smialowsky / AFP)

onde os democratas se reuniam para torcer por seu cara”, descreveu o Post. O debate foi realizado pela CNN, em Atlanta, de 90 minutos sem plateia, com normas rígidas e microfones fechados para o candidato que não estava falando. Curiosamente, foi a primeira vez em que houve um debate presidencial nos EUA antes que os candidatos estivessem formalizados pelas respectivas convenções. Está previsto um segundo debate.

No primeiro debate das eleições de 2020, Biden venceu falando diretamente para as câmeras e ignorando as intermináveis interrupções do frenético Trump. Neste debate, Trump encenou ser mais comedido, embora, como frisou o Times, “os ataques do ex-presidente Trump eram frequentemente falsos, sem contexto ou vagos o suficiente para serem enganosos”. Comentários à parte, a questão de fundo é o beco sem saída ao qual os EUA

estão sendo empurrados, quando os dois candidatos são, respectivamente, Genocida Joe – quem entope Israel de bombas para o extermínio em Gaza – e Trump da invasão do Capitólio.

ALARMANTE

Para o Post, o mais alarmante para os democratas, foi que ele se enquadrou “na caricatura que Trump faz dele – de um homem enfraquecido após seu auge”. Continua o Post: “Sua voz era suave e rouca, e ele repetidamente tentou, e não conseguiu, limpar sua garganta. Suas respostas, às vezes, eram divagantes, e em certo momento ele congelou. Em outro, ele começou uma resposta sobre o aborto, antes de subitamente entrar na imigração. Quando Trump falava, Biden muitas vezes observava com a boca agape e os olhos arregalados – uma tela dividida que dava a impressão do avô envelhecido que ele é, não o líder resolutivo que ele esperava projetar.”

Leia a íntegra no site do HP

Com povo na rua, Arce debela golpe na Bolívia e golpista já está na cadeia

A tentativa de golpe na Bolívia está debelada, com o presidente boliviano Luis Arce, ladeado pelo vice David Choquehuanca e por auxiliares, agradecendo na quarta-feira (26) à noite à multidão reunida em torno do palácio de governo na praça Murillo, em La Paz: “muito obrigado ao povo boliviano... viva a democracia!”, registrou a Associated Press.

Arce e a multidão, que portava bandeiras da Bolívia, cantaram então o hino nacional. A noite, o general golpista, Juan José Zúñiga, havia sido preso. Algumas horas antes, o presidente havia advertido o mundo sobre a “movimentação irregular” de tropas e chamado o povo boliviano, as organizações de massa e as instituições da república a deterem o golpe, encabeçado pelo ex-comandante do exército, general Zúñiga, a quem destituiu na véspera por fazer declarações polêmicas contra o ex-presidente Evo Morales.

Tanquetas e veículos militares haviam ocupado a praça diante do palácio e o próprio Zúñiga tentou submeter Arce, como mostra o embate entre o presidente e o general, mostrado em vídeo que viralizou.



Arce saúda o povo após a vitória contra os golpistas

O presidente confrontou Zúñiga, no corredor do palácio, a quem disse: “Eu sou seu comandante, e ordeno que retire seus soldados, e não permitirei essa insubordinação”.

Com apoio das principais entidades populares bolivianas, das instituições democráticas, da polícia e da maior parte das forças armadas, que se recusaram a aderir ao golpe, mais a enorme solidariedade do mundo inteiro, e especial, da América Latina e Caribe, à preservação da democracia, tornou-se impossível abafar o isolamento da tentativa de golpe, e o presidente Arce nomeou e deu posse a três

novos comandantes das forças armadas, generais José Sánchez Velásquez (Exército), Gerardo Zabala Alvarez (Força Aérea) e Renán Guardia Ramírez (Marinha).

O novo chefe do Exército ordenou que todas as tropas retornassem aos quartéis, enfatizando que “ninguém quer as imagens que estamos vendo nas ruas”, e foi atendido.

Também o ex-presidente Evo, atualmente com grandes divergências com Arce sobre os rumos da Bolívia, conclamou à defesa da democracia e convocou uma greve geral.

Leia mais em www.horadopovo.com.br



Cientistas verificam a sonda Chang'e-6 logo depois do seu pouso na Mongólia (Xinhua)

Retorno com sucesso de sonda torna China o 1º país com amostras do lado oculto da Lua

A sonda chinesa Chang'e-6 pousou em segurança na região autônoma da Mongólia Interior, na terça-feira (25), completando uma missão de 53 dias e trazendo à Terra pela primeira vez na história da humanidade amostras do subsolo recolhidas no lado oculto da Lua.

“A missão de exploração lunar Chang'e-6 foi um sucesso total”, afirmou Zhang Kejian, chefe da Agência Espacial Nacional da China (CNSA), assinalando que a cápsula de retorno pousou precisamente na área designada, às 14h07 (horário de Pequim), operando normalmente.

“A missão Chang'e-6 representa um marco significativo na história da exploração lunar humana e contribuirá para uma compreensão mais abrangente da evolução lunar e sobre como os planetas são formados”, apontou Yang Wei, pesquisador do Instituto de Geologia e Geofísica da Academia Chinesa de Ciências.

O chamado lado oculto — a face do satélite que não é visível da Terra — é tecnicamente difícil de alcançar devido à distância e seu terreno acidentado, com crateras gigantes e poucas superfícies planas.

Os cientistas apontam que este lado menos explorado possa conter vestígios de gelo, que poderia ser usado para obter água, oxigênio e hidrogênio a serem usados possivelmente no futuro na criação de uma base para exploração de outros corpos celestes. Tem ainda amostras de basaltos, que é um tipo de rocha ígnea eruptiva resfriada de cor escura. Material semelhante já foi trazido de volta à Terra para análise do lado próximo da Lua. A idade desses basaltos é estimada em cerca de 2,4 bilhões de anos.

ESPAÇO PROFUNDO

O presidente chinês, Xi Jinping, deu os parabéns pelo sucesso total da missão Chang'e-6, que trouxe de volta as primeiras amostras do mundo coletadas do outro lado da lua. Isso marca “outra conquista histórica no esforço da China para se tornar uma potência espacial e de ciência e tecnologia”, observou Xi.

Na carta de felicitações, o presidente também enfatizou a esperança de fortalecer o intercâmbio e a cooperação internacionais na realização de grandes projetos de engenharia aeroespacial, incluindo explorações do espaço profundo.

A sonda será enviada para Pequim, capital chinesa, onde as amostras serão entregues a uma equipe de cientistas para posterior armazenamento, análise e estudo, explicou o CNSA.

A sonda usou uma furadeira e um braço robótico para coletar amostras do solo e de rochas, tirou algumas fotos da superfície lunar e fincou uma bandeira chinesa.

Leia a íntegra no site da Hora do Povo

Crise da Boeing chega ao espaço: Starliner encaçada na estação ISS

A crise da Boeing, bastante visível na fabricação de aeronaves civis, acaba de alcançar o espaço, com a cápsula Starliner, projetada pela empresa para a Nasa para transportar astronautas até à Estação Espacial Internacional, há três semanas avariada junto à ISS, sem data para retornar, por causa de um problema de vazamento de hélio e falha em propulsores, com os dois astronautas que levou, os veteranos Barry Wilmore e Suni Williams, já sendo chamados pela mídia de “perdidos no espaço”. O mais recente adiamento foi no dia 26.

A cápsula foi lançada ao espaço no dia 5 de julho do Cabo Canaveral, na Flórida, com previsão de retornar à Terra no dia 12, em seu primeiro voo tripulado.

Aliás, já realizado com enorme atraso em relação ao cronograma do contrato de 4,2 bilhões de dólares, assinado em 2014, para desenvolvimento da Starliner, voos de teste e seis voos de rotação de tripulação da ISS.

A outra empresa contratada para desenvolver uma cápsula para a Nasa, a Space X, que recebeu US\$ 2,6 bilhões, teve maior capacidade de inovação e sua nave Crew Dragon já opera regularmente para a agência espacial norte-americana desde 2020, tendo cumprido

uma dezena de voos. Durante quase uma década, após a aposentadoria dos ônibus espaciais em 2011, a Nasa ficou dependente de uma carona na nave russa, a Soyuz.

Problemas de engenharia e de controle dos processos de fabricação e da qualidade, vistos na área civil da gigante aeronáutica norte-americana, se repetiram no desenvolvimento da Starliner.

Contratempos que vão desde um bug de software que colocou a nave numa trajetória errada durante o primeiro teste não tripulado em 2019, até à descoberta, após o segundo teste, de que a cabine estava cheia de fita elétrica inflamável.

O segundo voo sem tripulação aconteceu em maio de 2022, embora previsto para agosto de 2021. Antes desse voo, os engenheiros descobriram que as válvulas no sistema de propulsão do Starliner estavam presas, e o veículo teve que ser recolhido da plataforma de lançamento e enviado de volta à fábrica para reparos.

Também os testes com os cabos do sistema de paraquedas – desenvolvido para que a Starliner seja a primeira cápsula fabricada nos EUA a realizar um pouso em solo, em vez de retornar ao oceano – mostraram não corresponder à margem de segurança, exigindo a correção.

Leia mais no site do HP

O jornalista revelou ao mundo imagens dos assassinatos de civis no Iraque pelas tropas invasoras americanas. Perseguição desenfreada da Casa Branca visou calar a liberdade de imprensa

O mundo inteiro comemora a libertação do jornalista Julian Assange, o homem que denunciou os crimes cometidos pelos Estados Unidos e que, por isso, sofreu uma perseguição cruel e implacável do regime da Casa Branca. Assange tinha que ser “eliminado” por ter mostrado ao mundo, entre outras coisas, os assassinatos covardes de civis no Iraque ocupado pelas tropas americanas invasoras.

A perseguição a Assange, fundador do site WikiLeaks, violou a lei internacional, desrespeitou a soberania de países, mandou a liberdade de imprensa às favas e mostrou a verdadeira face da “democracia” americana.

O objetivo da repressão americana era esconder os crimes hediondos cometidos por suas tropas nas guerras de rapina cometidos pelo “exército imperial” contra países como o Iraque, a Líbia, a Síria e outros.

“O mundo está um pouco melhor e mais justo hoje”, disse Lula, presidente brasileiro que, junto com o Papa Francisco, contribuiu para a libertação de Assange.

O assessor especial de assuntos internacionais da Presidência da República, o ex-chanceler Celso Amorim, comentou a libertação de Assange. “É uma vitória da liberdade de expressão, ainda que tardia, com muito sofrimento. Espero que ele esteja bem de saúde”, disse Amorim. A preocupação de amorim procede porque Assange esteve perto de perder a vida depois de passar muito tempo se refugiando em embaixadas ou em celas de países que se submeteram à pressão da ditadura americana.

O jornalista foi preso em dezembro de 2010 na Grã-Bretanha com um mandado europeu após o WikiLeaks divulgar uma série de documentos com os crimes dos Estados Unidos. Muitos apoiadores de Assange disseram que o site defendia a liberdade de expressão e que as tentativas de processá-lo eram um ataque ao jornalismo. Os EUA pretendiam manter ocultos os seus crimes cometidos nos assaltos a outras nações.

Desde 2012, Assange se abrigou, na condição de asilado político, na embaixada do Equador em Londres. Porém, em 11 de abril de 2019, o presidente equatoriano Lenín Moreno surpreendeu o mundo ao revogar o benefício e entregar o australiano às forças policiais britânicas. Assange procurou a embaixada equatoriana após a Suécia pedir sua extradição para os EUA em 2012.

O desmoralizado regime americano escondeu sua perseguição política criando uma farsa contra o jornalista. A Casa Branca fabricou um falso estupro na Suécia e acusou o jornalista australiano. A acusação foi retirada pelo governo sueco em 2017, mas Assange, sabendo que seria enviado aos EUA, se manteve no consulado.

Assange deixou a prisão no Reino Unido na noite desta segunda-feira (24), após conseguir, com apoio de quase todo o mundo, impor um acordo com a Justiça dos Estados Unidos. Ele vai se declarar responsável pelas denúncias que fez e que os EUA chamam de “espionagem”. Ele ficou preso durante cinco anos. Assange recebeu fiança do Supremo Tribunal de Londres e foi libertado no aeroporto de Stansted durante a tarde, onde embarcou em um avião e partiu do Reino Unido.

A conta do WikiLeaks na rede social X (antigo Twitter) divulgou uma foto e um vídeo de Julian Assange já no avião que o levará às Ilhas Marianas do Norte, no Pacífico, após o ativista ser libertado da prisão na Inglaterra. Pelo acordo, o fundador do WikiLeaks deve ser sentenciado a 62 meses de prisão, tempo que ele já cumpriu no Reino Unido. Após se declarar responsável pelas denúncias e passar pela audiência, Assange estará oficialmente liberado e espera-se que ele volte para a Austrália, país do qual é cidadão.

The New York Times pede em editorial que Biden se retire da corrida presidencial

O jornal The New York Times, que é visto como o mais importante veículo de imprensa dos Estados Unidos, reagiu ao colapso do presidente Joe Biden frente às mentiras e provocações de Donald Trump no primeiro debate na semana passada, sublinhando em editorial que “o maior serviço público que o Sr. Biden pode agora prestar é anunciar que não continuará a concorrer à reeleição”.

Em 2020 – e isso é uma prática costumeira na política norte-americana – o NYT tornou público seu apoio a Biden, contra Trump.

Assim, o primeiro debate que, ineditamente, foi realizado antes das convenções de oficialização dos candidatos democrata e republicano, trouxe à luz do dia um debate que já vinha ocorrendo nas fileiras democratas.

“O presidente apareceu na noite de quinta-feira como a sombra de um grande servidor público. Ele teve dificuldades para explicar o que realizaria em um segundo mandato. Ele teve dificuldades para responder às provocações do Sr. Donald Trump. Ele teve dificuldades para responsabilizar o Sr. Trump por suas mentiras, seus fracassos e seus planos assustadores. Mais de uma vez, ele teve dificuldades para concluir uma frase”, escreveu o Conselho Editorial do jornal.

Para o NYT, “Não há razão para o partido arriscar a estabilidade e a segurança do país, forçando os eleitores a escolher entre as deficiências do Sr. Trump e as do Sr. Biden.”

Acrescentou o editorial que “é uma aposta grande demais simplesmente esperar que os americanos ignorem ou desconsiderem a idade e a fragilidade do Sr. Biden que eles veem com seus próprios olhos”. A publicação apontou que é preciso outro candidato democrata capaz de vencer Trump, “um perigo para a democracia dos Estados Unidos”.

REVOADA

Também publicações ligadas essencialmente aos bancos e aos círculos de especulação compartilharam com o NYT o clamor pela troca de nomes na chapa presidencial democrata.

Assim, The Wall Street Journal disse que Trump “está contando que os democratas permaneçam com o Sr. Biden, mas o país merece uma escolha melhor”. O WSJ fez questão de registrar que “a vice Kamala Harris não é a resposta”.

A manutenção da candidatura de Biden pode ser uma ameaça à democracia por facilitar, segundo o megafone dos banqueiros norte-americanos, uma eventual vitória de Trump. “Ditadores ambiciosos agem quando sentem o cheiro de fraqueza”, diz a publicação.

Biden, acrescentou o WSJ, “claramente não está preparado para mais quatro anos” no poder. “Foi claramente um ato egoísta da parte dele buscar um segundo mandato. Mas será que eles realmente pensaram que poderiam esconder o seu declínio do público durante toda uma campanha eleitoral?”, escreveu o jornal.

Leia mais no site do HP

Campos Sales, Murтинho e o retrocesso do Brasil - (3)

Continuação da edição anterior

Aqui, chegamos ao núcleo da crítica de Vieira Souto. Consiste ela em que a política de Campos Sales e Joaquim Murтинho, ao promover uma brutal contração dos meios de pagamento – isto é, a queima de papel-moeda prevista pelo *funding loan*, e mesmo além desta – estrangulou o conjunto da economia: a indústria, o comércio, o setor bancário nacional, e também a agricultura

CARLOS LOPES

Murtinho era um adepto precoce do “só se gasta o que se arrecada”, máxima depois apropriada por Antonio de Oliveira Salazar e outros próceres. Naturalmente, era com o dinheiro dos impostos – isto é, o dinheiro do povo – que pretendia pagar aos bancos estrangeiros. Com esse objetivo, os empréstimos (isto é, o crédito público) eram mais um estorvo do que um facilitador da espoliação financeira.

Vieira Souto aborda a questão do seguinte modo:

“O atual Ministro da Fazenda pretende que a Nação deve restringir suas despesas ao produto dos impostos anualmente arrecadados. Era, há quase dois séculos, a opinião de David Hume e Adão Smith, na Inglaterra, e de Baptista Say, na França; porém então a Economia Política ainda não era uma ciência, ou achava-se no estado de infância. Daí para cá fez ela imensos progressos, e hoje não há economista ou financista que subscreva semelhante doutrina; ao contrário, todos reconhecem o enorme poder adquirido pelo crédito público, o seu uso cada vez mais frequente e mais vasto, a vantagem de preferi-lo à agravada dos impostos, quando eles são já onerosos, como agora sucede no Brasil, e finalmente a necessidade e mesmo a conveniência de lançar-se mão desse recurso.

“Um país só poderia limitar suas despesas ao produto dos impostos cobrados, se os seus governos dispusessem do mágico poder de evitar a influência de circunstâncias superiores à vontade humana ou à manifestação de eventualidades funestas. Ainda assim, supondo a absoluta e permanente normalidade da vida social, seria mister que os governos se abstivessem de acompanhar o progresso geral dos outros povos, e que resignadamente mantivessem o país em um estado de civilização incomparavelmente inferior e quase semisselvagem” (p. 350).

“O abuso dos impostos é mais desastroso do que o do crédito e, quando os primeiros não bastam para a satisfação das despesas sociais, forçoso é recorrer aos últimos”.

“Além das circunstâncias excepcionais que obrigam os governos a lançar mão dos empréstimos, uma causa geral e permanente atua em idêntico sentido: a necessidade de aumentar a força e o poder produtivo do país” (p. 351).

“... que entenderá S. Ex.^ª por boa gestão das finanças? Os três anos de sua administração respondem: sobrecarregar o povo de impostos para obter avultados resultados de exportação, que colocaram os vendedores brasileiros à mercê dos compradores estrangeiros.

Vieira Souto aponta várias fraudes no relatório de Murтинho, mas, aqui, daremos importância aos problemas conceituais. Por exemplo, contradizendo uma



colocação explícita de Murтинho: “... a desvalorização da nossa moeda não era a causa do mal financeiro, eram os males ou erros financeiros e políticos que produziam a desvalorização da moeda” (p. 357).

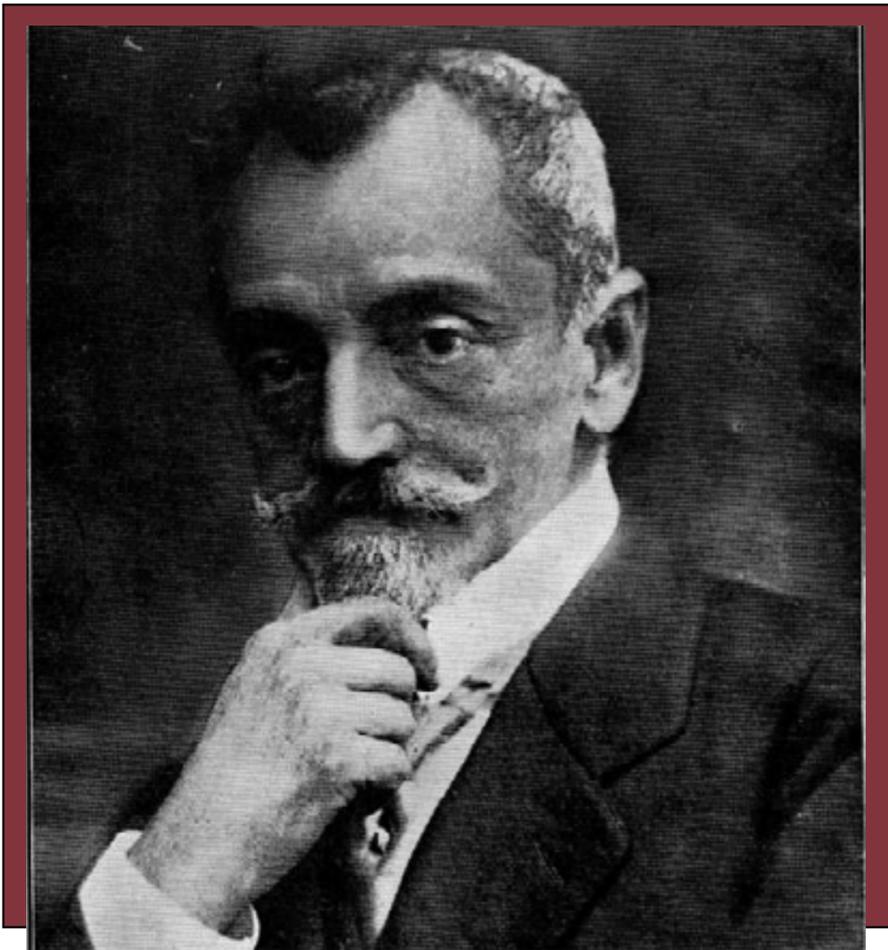
Depois de localizar várias mentiras no relatório de Murтинho quanto à suposta obrigação do *funding* de queimar notas de papel-moeda, Vieira Souto mostra que o ministro da Fazenda é mais submisso do que exigiam os banqueiros ingleses: “... a referida obrigação imposta pelo acordo de Londres não passa de tosa desculpa. E tanto assim é que a pretendida imposição do *funding* não excede de 115.000:000\$, ao passo que o dr. Murтинho ainda agora sustenta que precisamos queimar *mais trezentos mil*, para valorizar o meio circulante” (pp. 370-371, itálicos no original).

“... a inculcada imposição do *funding* não passa de um pretexto demasiadamente calvo, de que o Ministro da Fazenda lança mão para aplacar o clamor geral que a incineração tem produzido” (p. 371).

Aqui, chegamos ao núcleo da crítica de Vieira Souto. Consiste ela em que a política de Campos Sales e Joaquim Murтинho, ao promover uma brutal contração dos meios de pagamento – isto é, a queima de papel-moeda prevista pelo *funding loan*, e mesmo além desta – estrangulou o conjunto da economia: a indústria, o comércio, o setor bancário nacional, e também a agricultura.

Assim, a baixa dos preços daquela época foi uma função da falta de dinheiro, ou seja, da redução do consumo de comida, vestuário, etc. Da mesma forma, a baixa nos preços das mercadorias de exportação, que colocaram os vendedores brasileiros à mercê dos compradores estrangeiros.

Vieira Souto critica diretamente a fórmula de Murтинho, que pretendia uma valorização do câmbio – isto é, do mil-réis – através da queima de papel-moeda. “Do extremo norte ao extremo sul da República, não há um só dia em que não se levantem os clamores contra os enormes prejuízos que estão atingindo todas as classes trabalhadoras e que se têm manifestado pela extraordinária redução na amplitude da circulação, pela grande diminuição dos negócios e por todas as outras formas de perturbação das relações econômicas. Ora, foi o próprio dr. Murтинho quem dogmaticamente estabeleceu que tais infelicidades só affigiriam o povo se a operação da queima fosse efetuada sem critério ou prudência. Em vista dos tristes resultados que estamos presenciando, deixamos, pois, à consciência do Ministro da Fazenda declarar se o que faltou na operação foi a prudência ou o critério, ou ambas



as coisas” (p. 381).

“O Dr. Murтинho, como já tivemos ocasião de ver, assegura que os governos não possuem outra fonte de recursos senão o imposto, porque um empréstimo não é mais do que o adiantamento de capitais, cujos juros e amortização serão pagos com o produto dos impostos. Destarte S. Ex.^ª confunde o caráter de uma operação de crédito com a *maneira de saldá-la*, e nem ao menos pondera que os efeitos econômicos são radicalmente distintos e que a distinção não é indiferente ao povo, porquanto o imposto pesa exclusivamente sobre a atualidade, enquanto o ônus dos empréstimos reparte-se pelas gerações futuras” (pp. 388-389, itálicos no original).

“O Dr. Murтинho imaginou que o meio de valorizar a moeda brasileira é queimar parte do numerário em circulação e para isto promoveu o aumento dos impostos existentes e a criação de outros. Ainda que a valorização da moeda pela eliminação de parte do meio circulante não fosse, nas condições atuais do Brasil, um erro provado, a política do ministro seria condenável porque as vantagens da valorização jamais compensariam os avultados prejuízos determinados pela sobrecarga tributária” (pp. 389-390).

“O atual Ministro da Fazenda começou a queimar papel moeda há três anos, e à medida que a circulação se contraía e se pronunciavam os demais efeitos perniciosos da queima, S. Ex.^ª mais se entusiasmava em agravar os impostos, a fim de fazer avultar os saldos orçamentários que destinava à fogueira. Este plano financeiro produziu um duplo resultado funesto: a agravação dos impostos reduziu gradual e incessantemente o capital disponível do comércio, lavoura e indústria; por outro lado a queima dos saldos assim obtidos, desfalcando e contraindo cada vez mais a circulação, dificultou os negócios, elevou o juro do dinheiro, restringiu o crédito, baixou os preços dos produtos, diminuiu os salários, desanimou os produtores e depauperou a população. Eis aí o duplo erro que os críticos do Ministro da Fazenda condenaram e condenam e cuja gravidade a argumentação sofisticada de S. Ex.^ª não conseguirá atenuar” (pp. 390-391).

Esta política de contração do mil-réis como meio circulante do Brasil não era determinada, no entanto, pela ignorância ou estupidez de Joaquim Murтинho. O favorecimento aos bancos ingleses – e, portanto, à libra esterlina – era seu objetivo. Como o próprio Vieira Souto observa, ainda que algo tangencialmente: “Toda a política financeira do atual Ministro da Fazenda, tem volteado ao redor deste eixo: queimar papel para elevar proporcionalmente o câmbio, porque *elevar o câmbio é valorizar o papel-moeda*; todos os seus atos têm convergido sistematicamente para esse *desideratum*, traçado de acordo com a fórmula que S. Ex.^ª inventou; todas as suas ideias subordinam-se a essa doutrina, segundo a qual o aumento do papel-moeda faz sempre baixar a taxa cambial, e a diminuição de parte dele forçosamente a faz subir. A taxa do câmbio, em absoluta dependência da quantidade do papel circulante, é para S. Ex.^ª um *dogma científico*” (p. 407, itálicos no original).

Quando menos papel moeda (ou meio circulante), mais estaríamos à mercê dos Rothschilds e outros banqueiros estrangeiros.

4

No décimo quinto artigo que publicou no *Correio da Manhã*, Vieira Souto examinou a falência do Banco da República, instituição financeira semioficial à cabeça da qual Murтинho e Campos Sales haviam colocado um agiota estrangeiro, um certo Pettersen, gerente do Banco Alemão no Rio de Janeiro.

A falência do Banco da República – antecessor do atual Banco do Brasil – arrastara o conjunto dos bancos nacionais da praça do Rio de Janeiro, deixando sem crédito a indústria, o comércio e a lavoura brasileiras.

Em seu relatório, Murтинho afirma que deixara falir o Banco da República (e, por consequência, os demais institutos de crédito nacionais), negando-lhe um aporte de 50 mil contos, porque esse banco “era um bazar”, no qual havia tudo menos dinheiro.

A resposta de Vieira Souto é aguda:

“O Banco da República e outros nacionais eram bazares, pensa o ministro; mas S. Ex.^ª esquece que, em grande parte, as quinilharias que enchiam tais bazares eram apólices federais e que estas foram adquiridas, ou para salvar o governo em apuros, como fazia o Banco da República, quando as emissões de títulos da dívida pública interna não encontravam subscritores, ou, como faziam os outros, para formar uma reserva que servisse de garantia

Foto: O economista, engenheiro e empresário industrial Vieira Souto

vos, permanece, como é público e notório, em situação de extrema miséria. Em um só mês a nação perde, portanto, soma muito superior àqueles 50.000 contos que o Dr. Murтинho regateou ao Banco da República, e que no entanto não seriam perdidos.

“Emitir papel moeda é um crime! E arrasar todos os bancos nacionais, promover a bancarrota geral, o que é?” (p. 445).

Murtinho sempre se apresentara como um ferrenho adepto do “darwinismo social”, doutrina reacionária, protonazista, de Spencer, pela qual os fortes devem prevalecer – e mesmo eliminar – os fracos.

Era através dessa suposta filosofia que racionalizava a submissão do Brasil à Inglaterra e aos banqueiros ingleses – ou que justificava deixar o Banco da República (e os demais bancos nacionais) ir à falência.

Bem posto, não era essa “filosofia” que servia de móvel a Murтинho. Não era por causa dela que arrastava o Brasil para a ruína, o atraso, a dependência extrema. Ao inverso, era a sua submissão – inclusive a sua crença de que o povo brasileiro era inferior – que o fazia recorrer a essa “filosofia”.

“E porque esta era a sua convicção, esta a sua intransigente doutrina, o Dr. Murтинho, desde que ocupou o cargo de Ministro da Indústria, esforçou-se pela aplicação dos seus princípios, sustando todas as obras públicas em andamento, rescindindo com enorme ônus para o Estado numerosos contratos de empreitada, propondo e obtendo do Congresso autorização para vender ou arrendar as vias férreas de propriedade da Nação, inclusive a Estrada de Ferro Central, e proclamando a necessidade de entregar a sorte da lavoura, do comércio, da indústria, de todas as classes laboriosas, enfim, ao princípio da *seleção natural*, ao sábio princípio do *struggle for life*, que S. Ex.^ª aprendera lendo as obras de Herbert Spencer. Qualquer que fosse o círculo em que se desenvolvesse a atividade econômica do cidadão; por mais que essa atividade carecesse do concurso dos poderes públicos para bem desenvolver-se; ainda que aquele círculo tangenciasse, penetrasse ou se confundisse com o círculo do interesse, da prosperidade, da força, da grandeza da pátria, devia o governo limitar sua ação unicamente a garantir a liberdade, a justiça e a segurança individual, abstenendo-se de intervir direta ou indiretamente em tudo mais” (p. 450, itálicos no original).

“Desferindo o golpe de setembro de 1900 sobre o Banco da República, o Dr. Murтинho devia ter previsto que a natural solidariedade dessa nossa principal instituição de crédito com as outras menores, inevitavelmente arrastaria a ruína de muitas e o enfraquecimento ou o descrédito das restantes, posto que quase todas estivessem em perfeitas condições de solvabilidade; como provaram mais tarde; porquanto, se lhes faltava dinheiro para resistirem à corrida que as surpreendera, tinham no seu ativo valores reais, superiores ao passivo. Mau grado aquela previsão, que o Ministro da Fazenda fez ou devia ter feito, S. Ex.^ª não vacilou em precipitar a crise alegando que o Tesouro não podia arriscar-se a perder os 50.000 contos que solicitava o Banco da República; mas S. Ex.^ª não viu que, derrotados os bancos nacionais, o crédito no Brasil ficaria morto por prazo que ninguém pode calcular, porque as instituições desta espécie não vivem só de dinheiro e de títulos, sustentam-se também de renome, de tradições e de experiência, cabedal precioso que só o tempo pode dar” (p. 457).

“Desferindo o golpe de setembro de 1900 sobre o Banco da República, o Dr. Murтинho devia ter previsto que a natural solidariedade dessa nossa principal instituição de crédito com as outras menores, inevitavelmente arrastaria a ruína de muitas e o enfraquecimento ou o descrédito das restantes, posto que quase todas estivessem em perfeitas condições de solvabilidade; como provaram mais tarde; porquanto, se lhes faltava dinheiro para resistirem à corrida que as surpreendera, tinham no seu ativo valores reais, superiores ao passivo. Mau grado aquela previsão, que o Ministro da Fazenda fez ou devia ter feito, S. Ex.^ª não vacilou em precipitar a crise alegando que o Tesouro não podia arriscar-se a perder os 50.000 contos que solicitava o Banco da República; mas S. Ex.^ª não viu que, derrotados os bancos nacionais, o crédito no Brasil ficaria morto por prazo que ninguém pode calcular, porque as instituições desta espécie não vivem só de dinheiro e de títulos, sustentam-se também de renome, de tradições e de experiência, cabedal precioso que só o tempo pode dar” (p. 457).

Continua na próxima edição